



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

FACE – Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Economia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

THAIS ARZAMENDIA DA SILVA

**EMBASAMENTO INFORMATIVO PROPORCIONADO PELOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOAR E DFC NAS TOMADAS DE DECISÕES
GERENCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO NUMA EMPRESA DO RAMO DE
CÓSMÉTICOS.**

DOURADOS/MS

2014



THAIS ARZAMENDIA DA SILVA

**EMBASAMENTO INFORMATIVO PROPORCIONADO PELOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOAR E DFC NAS TOMADAS DE DECISÕES
GERENCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO NUMA EMPRESA DO RAMO DE
CÓSMÉTICOS.**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Gerson João Valeretto

Banca Examinadora:

Professor: Ms. Rafael Martins Noriller

Professor: Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Dourados/MS

2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

FACE – Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Economia

**EMBASAMENTO INFORMATIVO PROPORCIONADO PELOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOAR E DFC NAS TOMADAS DE DECISÕES
GERENCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO NUMA EMPRESA DO RAMO DE
CÓSMÉTICOS.**

THAIS ARZAMENDIA DA SILVA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Ms. Gerson João Valeretto
Presidente

Ms. Rafael Martins Noriller
Avaliador(a)

Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes
Avaliador(a)



AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, pelo dom da vida e por ter me dado forças nos momentos de dificuldades e superações no decorrer deste trabalho, pois sem a vontade dele nada seria possível. Obrigada pela força para vencer mais esta etapa em minha vida.

Agradeço também a minha família, que esteve me apoiando nestes cinco anos com muito carinho, amor e dedicação e acreditaram na minha capacidade e vontade de vencer na vida, sempre me incentivando a lutar pelos meus objetivos, apesar das dificuldades. E também pela paciência e compreensão que tiveram pelos momentos em que estive ausente, devido à jornada de estudos para a elaboração deste trabalho.

Ao meu namorado pelo amor, o carinho e compreensão que teve comigo, mesmo nos momentos de ausência, sempre me apoiando e incentivando a nunca desistir.

Aos meus colegas da faculdade, pelos cinco anos vividos compartilhando alegrias e desesperos também. Em especial ao Francisco Wilson, Luana Souza, Camilla Ferraz, Adrielli Capoano, pessoas que aprendi a conviver e admirar e que levarei pra sempre em meu coração.

Aos meus colegas de serviço da Unimed Dourados, em especial a Mônica, João Carlos e Gesiane, que acompanharam de perto todo o meu desespero e reclamações para que este trabalho pudesse ser concluído.

Em especial ao meu orientador Gerson João Valeretto, pela dedicação e paciência na elaboração deste trabalho, e também a todos os outros professores que de certa forma contribuíram para o estudo durante este período de elaboração. Em especial ao professor Rafael Martins Noriller, que contribuiu muito para que este trabalho fosse finalizado.

Fica aqui o meu muito obrigado a todos que fazem parte da minha vida!



RESUMO

O presente estudo tem por objetivo evidenciar qual dos demonstrativos contábeis: DOAR (Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos) e DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) oferecem melhor embasamento os gestores em sua tomada de decisão financeira. A partir da questão de pesquisa que é analisar a relevância da informação gerada pelos dois demonstrativos. O trabalho foi desenvolvido pelo método de natureza *qualitativa*, sendo uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica com análise de um caso. Para que fosse analisada a relevância da informação gerada em cada demonstrativo utilizou-se da análise de indicadores financeiros da DOAR e da DFC, calculados a partir das demonstrações da empresa Natura S.A, nos anos de 2003 a 2007, período no qual a empresa publicava ambos os demonstrativos, desta forma, permitiu que fosse realizada esta comparação entre as duas ferramentas. Por meio do comparativo e da análise dos indicadores, conclui-se que tanto a DOAR quanto a DFC, apresentam informações fundamentais e de suma importância para os gestores, já que ambas apresentam a informação contábil de forma diferenciada e complementar. Portanto a exclusão da DOAR do grupo de demonstrações obrigatórias não foi benéfica para a contabilidade, pois as informações geradas por ela em conjunto com demais demonstrativos como a DFC propiciam aos gestores e aos usuários da contabilidade, um elevado nível de conhecimento dos recursos financeiros a curto e longo prazo, garantindo a eficiência no processo de tomada de decisão.

Palavras Chaves : Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos; Relevância da Informação Contábil; Tomada de Decisão.



ABSTRACT

The present study had the objective of highlighting which of the financial statements: DOAR (Statement of Changes and Application of Resources) and DFC (Statement of Cash Flow) offer better basis for managers in their financial decision-making, from the research question, which is analyze the importance of data generated from both statements. The study was developed through the qualitative method, being an exploratory, documentary and literary research, with a case analysis. So that it would be analyzed the information's importance generated in each statement, analysis of the financial statements' DOAR and DFC was used, calculated from demonstrations of the company Natura S.A., between 2003 and 2007, period in which the company published both statements, thus, allowing comparison between them. By this comparative and analysis of the indicators, it concludes that both DOAR and DFC present indispensable and important data for the managers, since both present the financial information in a different and complementary way. Therefore, the exclusion of DOAR from the the group of mandatory demonstrations was not beneficial for accounting, because the data generated by it alongside with the other statements such as DFC propitiate to managers and accounting users a high level of knowledge of financial resources in the short and long term, ensuring the efficiency in the decision-making process.

Key words: Statement of Cash Flow; Statement of Changes and Application of Resources; Importance of financial information; Decision-making.



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstração das Origens de Recursos.....	25
Quadro 2 - Demonstração das Aplicações de Recursos.....	27
Quadro 3 - Aumento e Redução do CCL.....	29
Quadro 4 - Indicadores para Análise da DOAR.....	30
Quadro 5 - Equivalentes de Caixa.....	33
Quadro 6 - Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto.....	40
Quadro 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto.....	42
Quadro 8 - Indicadores para Análise da DFC.....	44
Quadro 9 - Diferenças e Semelhanças DOAR X DFC.....	55
Quadro 10 - Vantagens e Desvantagens da DOAR.....	58
Quadro 11 - Vantagens e Desvantagens da DFC.....	59



LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores para a Análise da DOAR.....	60
Tabela 2 - Indicadores para a Análise da DFC.....	62



LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANNEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCL	Capital Circulante Líquido
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
FASB	Financial Accounting Standards Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NPC	Normas e Procedimentos de Contabilidade
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
S.A.	Sociedade Anônima



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
2.1.1 Conceito e Objetivos da Contabilidade	15
2.1.2 As Demonstrações Contábeis e seus Objetivos.....	16
2.2 REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA.....	19
2.3 DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (DOAR)	21
2.3.1 Conceitos e Apres. da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DFC).....	21
2.3.2 Objetivos da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.....	23
2.3.3 Origens dos Recursos.....	24
2.3.4 Aplicações dos Recursos	26
2.3.5 Capital Circulante Líquido (CCL)	28
2.3.6 Indicadores para a Análise da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	31
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC).....	32
2.4.1 Conceitos e Apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).....	32
2.4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	33
2.4.3 Objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	35
2.4.4 Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade	36
2.4.5 Métodos de Elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).....	39
2.4.5.1 Método Direto	40
2.4.5.2 Método Indireto	42
2.4.6 Indicadores para a Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	44
2.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA E A DOAR – DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	45
2.5.1 Diferenças e Semelhanças da Doar e da DFC.....	46
2.5.2 Vantagens da DFC em relação a DOAR	48
2.5.3 Vantagens da DOAR em relação a DFC	49
2.5.4 Vantagens e Desvantagens da DOAR.....	49
2.5.5 Vantagens e Desvantagens da DFC.....	50
2.6 A TOMADA DE DECISÃO.....	51
3 METODOLOGIA	56



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

FACE – Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Economia

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	56
3.1.1 A A Pesquisa quanto aos Objetivos	56
3.1.2 A Pesquisa quanto ao Procedimentos	57
3.1.2 A Pesquisa quanto à Abordagem do Problema	58
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	61
4.1 Análise de Indicadores da DOAR.....	61
4.2 Análise de Indicadores da DFC.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO A - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NATURA	75



1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o atual cenário econômico em que vivemos, onde a complexidade do processo gerencial faz com que os gestores busquem constantemente por alternativas que maximizem a eficiência e a eficácia de sua gestão. Entre as alternativas existentes tem-se valorizado a informação como uma das ferramentas indispensáveis ao embasamento das tomadas de decisões. Neste contexto, em razão da importância da informação para a gerência, a contabilidade desenvolveu relatórios/demonstrativos que ampliam a quantidade de informações úteis nas tomadas de decisões. Deste modo, a cada dia a contabilidade se torna mais preciosa para as organizações, pois vem desempenhando um papel fundamental no que diz respeito a elaboração de informações relevantes para auxiliar os administradores na tomada de decisões (COSTA, 2009).

Segundo Ferreira (2009, pág.2) a finalidade da contabilidade é “fornecer as pessoas interessadas informações sobre um patrimônio determinado”.

No que diz respeito à divulgação destas informações, as demonstrações contábeis tem papel fundamental em mostrar a real situação financeira e patrimonial da empresa por meio de várias formas diferentes, de modo que atenda seus usuários internos e externos em suas tomadas de decisão.

A administração dos fluxos financeiros vem se tornando uma preocupação cada vez maior para os gestores, e os impõe que tenham ferramentas para auxiliá-los na obtenção de um bom desempenho, tanto econômico quanto financeiro das organizações, de forma que essas mantenham a continuidade e sua sustentabilidade. Vale lembrar que lucro não é sinônimo de caixa e que empresas lucrativas vão à falência por não terem uma administração correta de seus recursos e não conseguirem cumprir com suas obrigações no prazo correto (COSTA, 2009).

Entre as ferramentas que podem ser consideradas relevantes para a gerência, pois apresentam informações que auxiliam os gestores a manterem o equilíbrio dos recursos



financeiros, são as demonstrações do fluxo de caixa (DFC) e Demonstração de origem e aplicação de recursos (DOAR). A DFC mostra as variações ocorridas no disponível na empresa através das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos e a DOAR mostra a variação do capital circulante líquido.

Com a alteração da lei 6.404/76 para a lei 11.638/07, a Demonstração do Fluxo que Caixa que antes não era obrigatório no Brasil, exceto nos casos específicos, como por exemplo, empresas de energia elétrica (por exigência da ANNEL) e por empresas participantes do novo mercado (por exigência da Bovespa), passaram a integrar do quadro das demonstrações contábeis obrigatórias em substituição da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR) (IUDICÍBUS *et al*, 2010).

Até então a DOAR era uma demonstração obrigatória para uma grande parte das sociedades Anônimas. Embora considerada pelos especialistas mais ricas em informações, os conceitos nela existentes não são facilmente entendidos pelos usuários (MARION, 2009).

Para estabelecer regras de como as entidades devem divulgar a DFC, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que foi aprovado pela CVM, por meio de Deliberação n 547/08, e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Banco Central, por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional de n 1.125/08 e 3.604/08. (IUDICÍBUS *et al*, 2010).

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

O gerenciamento dos recursos financeiros vem se tornando uma preocupação cada vez maior por parte dos empresários e gestores de qualquer organização, tanto empresarial quanto de entidades sem fins lucrativos e domésticas. Os resultados destas entidades podem se apresentarem negativos e as levar a insolvência caso a gestão dos recursos financeiros seja feito erroneamente e não haver qualquer tipo de análise de comportamento para a avaliação das tendências de continuidade.



A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) são ferramentas ricas em informações a respeito da análise dos fluxos de recursos financeiros. Durante a vigência da Lei 6404/76 havia a obrigação de as empresas divulgarem a DOAR, mas essa demonstração deixou de ser obrigatória após a lei 11.638/07 e em seu lugar passou a ser exigido a DFC.

A questão de pesquisa deste estudo é: Qual das Demonstrações Contábeis: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ou Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentam informações relevantes para embasarem os gestores em suas tomadas de decisão financeira? Para tanto foi realizado um estudo na empresa Natura S.A, a partir de seus demonstrativos contábeis consolidados publicados no período de 2003 a 2007.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é Analisar entre os demonstrativos “Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos-DOAR e Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC”, qual deles oferece melhor embasamento aos gestores financeiros em suas tomadas de decisão financeira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar quais as informações que são apresentadas em cada uma das demonstrações de DOAR e DFC;
- Realizar um comparativo das informações apresentadas na DOAR e na DFC ;
- Aplicar os indicadores financeiros de cada demonstrativo DOAR e DFC na empresa Natura S.A, para mostrar a relevância e qualidade da informação gerada em cada demonstrativo;



1.3 JUSTIFICATIVA

Neste estudo, de acordo com os objetivos propostos, os resultados obtidos serão de muita valia para os acadêmicos dos cursos de ciências contábeis: graduação, *lato sensu e Stricto Sensu* e, também, para os acadêmicos de áreas a fins no aumento de seus conhecimentos e nas avaliações relacionadas as demonstrações DOAR e DFC, pois ambas as demonstrações, independentemente de serem ou não obrigatórios são ferramentas que de alguma forma auxiliam os gestores financeiros e contábeis a tomarem decisões gerenciais em prol da continuidade financeira das organizações.

As informações apresentadas pela DOAR, embora com alto teor informativo das origens e aplicações de recursos, tanto de curto e longo prazo, não apresentam, de forma detalhada e específica, informações sobre recursos financeiros disponíveis de tamanha importância no processo de tomada de decisão, além de sua pouca compreensibilidade por parte dos usuários. Com isso, a divulgação de uma demonstração que atendesse a esse tipo de necessidade passou a ser requerida pelos usuários da informação contábil, resultando na DFC, pois já havia como referência a experiência internacional, onde países como os Estados Unidos já haviam feito a substituição, visando o propósito de atender essas necessidades de informação (BUZIAN, 2008)

Para a academia, este estudo contribui no sentido de ser uma temática que pouco foi debatido entre os pares e que os objetivos aqui propostos inovam os estudos da área contábil. E, para a pesquisadora, este estudo contribuiu no aumento de conhecimentos específicos a respeito das demonstrações foco deste estudo e, também, quanto ao raciocínio de análise gerencial que se pode adotar na análise dos números apresentados por ambas as demonstrações.



2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A CONTABILIDADE E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1.1 Conceito e Objetivos da Contabilidade

Desde o seu surgimento, a contabilidade tem se tornado cada dia mais essencial no processo de tomada de decisão nas organizações, pois tem com função principal analisar as alterações ocorridas no patrimônio das entidades e fornecer informações relevantes aos usuários, tanto externos como internos, para que possam tomar decisões corretas, focando a maximização de lucros (MARION, 2009).

Segundo Ferreira (2009, pág. 1) destaca a contabilidade como a “Ciência que estuda o patrimônio do ponto econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, a exposição e análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações”.

Marion (2009, pág. 28) conceitua:

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de Informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Ressaltamos, entretanto, que a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões.

Para Gonçalves e Baptista (2007, pg. 23) “A contabilidade é a ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma empresa”.



A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo demonstrar os fenômenos ocorridos no patrimônio da entidade em um determinado período, apresenta um instrumento para a gestão e controle das entidades e ainda representa uma sustentabilidade de democracia econômica. A contabilidade é composta por um conjunto de processos consequentes de suas funções de registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras ocorridas dentro e fora da entidade auxiliando assim seus usuários com informações úteis para a tomada de decisão. (SZUSTER, CARDOSO *et al*, 2008, pág. 17).

Neste sentido observar-se que a contabilidade é uma peça fundamental e de extrema importância para a entidade, pois ela registra todos os acontecimentos dentro e fora da entidade em um determinado período e permite a análise de seus dados de maneira geral e integrada por meios das demonstrações contábeis.

2.1.2 As Demonstrações Contábeis e seus Objetivos

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que se refere à estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro CPC 00 (2012, pág. 17) afirma que :

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que se refere à estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro CPC 00 (2012, pág. 17) afirma que :

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses.



Neste sentido as demonstrações contábeis preparadas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como:

- a) Decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações;
- b) Avaliar a Administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, qualidade de seu desempenho e prestação de contas;
- c) Avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- d) Avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- e) Determinar políticas tributárias;
- f) Determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- g) Preparar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- h) Regulamentar as atividades das entidades.

Segundo Baptista e Gonçalves (2007, pág. 24) conceitua Demonstrações Contábeis como “o simples registro dos fatos que afetam o patrimônio e possibilita ao administrador ter uma visão abrangente e consolidada da situação patrimonial da entidade de modo a subsidiar o processo decisório”.

Conforme Baptista e Gonçalves (2007, pág. 24), “(..) desenvolveu-se a técnica de elaboração periódica de relatórios sobre o estado do patrimônio e o efeito da gestão administrativa sobre este ao longo do tempo, que damos o nome de Demonstrações Contábeis”.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) NPC 27 (2005, pág. 5)

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.



Na visão de Marion (2009, pág.47) As principais demonstrações financeiras obrigatórias por Lei a partir de 2008 são:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPAc);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Além das demonstrações relacionadas, há as notas explicativas que são partes relacionadas integrantes das demonstrações financeiras, que as complementam. Trata-se de informações adicionais destacadas na parte inferior das demonstrações financeiras. (MARION, 2009, pág. 47).

Neste sentido as demonstrações contábeis são usadas pelos seus usuários para demonstrar a informação com a verdadeira situação patrimonial da entidade em determinado período, possibilitando uma análise da posição econômica e financeira, podendo assim se precaver de situações indesejáveis.

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil CPC 00 (2012, pág. 11), as características Fundamentais das Demonstrações Contábeis são: “(...) as características qualitativas obrigatoriamente presentes nas Demonstrações Contábeis e reputadas como as mais úteis para os usuários e as únicas denominadas de fundamentais: Relevância e Representação Fidedigna”.

- A Relevância diz respeito à influência de uma informação contábil na tomada de decisões. As informações são relevantes quando fazem a diferença nas decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados ou corrigindo as suas avaliações anteriores (valor confirmatório), ou ajudando-os nos processos para prever resultados futuros (valor preditivo). A Relevância depende da *natureza* e também da *materialidade* (tamanho) do item em discussão.
- A Representação Fidedigna diz respeito a três atributos: a informação precisa ser completa, precisa ser neutra e precisa ser livre de erro. Para ser completa, precisa conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado. Para ser neutra, precisa estar desprovida de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos. Ser livre de erro não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de



erros. No caso de estimativa, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

No que diz respeito às características qualitativas de melhoria das Demonstrações Contábeis, o CPC 00 (2012, pág. 11) afirma que: “(...) melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As quatro principais características qualitativas são: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade”.

Portanto, estas quatro características podem ser definidas, conforme CPC 00 (2012, pág. 11-12) da seguinte forma:

- A Comparabilidade é a característica que permite a identificação e compreensão de similaridades e diferença entre os itens. É diferente da consistência que significa aplicação dos mesmos métodos para os mesmos itens. Comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência é um auxílio na obtenção desse objetivo. Comparabilidade implica também em fazer com que coisas diferentes não pareçam iguais ou coisas iguais não pareçam diferentes.
- A Verificabilidade implica em diferentes observadores poderem chegar a um consenso sobre o retrato de uma realidade econômica representar uma faixa de possíveis montantes com suas respectivas probabilidades. Pode ser direta ou indireta e, às vezes, se restringir à análise das premissas subjacentes a uma estimativa sobre o futuro.
- Tempestividade significa estar a informação disponível a tempo de influenciar o usuário em sua decisão.
- Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido. Os relatórios contábil-financeiros são elaborados na presunção de que o usuário tem conhecimento razoável de negócios e que age diligentemente, mas isso não exclui a necessidade de ajuda de consultor para fenômenos complexos.

2.2 REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA

O Regime de caixa é o regime pela qual se executa as movimentações de entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos) perante o caixa ou equivalentes, independente do



evento gerador de receitas e despesas ter acontecido ou não. Na verdade é o regime de gestão financeira e não de contabilidade, sendo que a mesma costuma registrar as receitas pelo regime de caixa (OLIVEIRA, 2010, pág. 27).

O Regime de competência é aquele em que serão consideradas, na apuração do resultado do exercício, todas as receitas, as despesas e outras operações realizadas no correspondente exercício, que foram ou não pagas ou recebidas, assim para as medidas prévias serem adotadas, antes do registro, é analisar a operação da qual aparece uma receita ou uma despesa a fim de reconhecer o respectivo fato gerador. (OLIVEIRA, 2010, pág. 28)

De acordo com o Plano Contábil das Instituições Financeiras COSIF (2014) o regime de competência pode ser conceituado da seguinte maneira:

Baseado no Princípio de Competência constante dos Princípios de Contabilidade baixados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O regime de Competência tem a finalidade de reconhecer na contabilidade das entidades jurídicas as receitas, os custos e as despesas no período a que competem, independente do recebimento das receitas ou pagamento dos custos e despesas em moeda corrente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00 (2012, pág. 11) afirma que :

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, independentemente dos recebimentos e pagamentos. Fornece melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período; e é útil para avaliar a capacidade passada e futura da entidade na geração de fluxos de caixa líquidos.

Informações sobre os fluxos de caixa da entidade também ajudam os usuários a avaliar a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa futuros líquidos, indicando como a entidade obtém e despende caixa, informações sobre seus empréstimos e resgate de títulos de dívida, dividendos e outras distribuições para seus investidores, e outros fatores que podem afetar a liquidez e a solvência da entidade.

Na apuração do Resultado do Exercício devem ser consideradas todas as despesas pagas e todas as receitas recebidas no respectivo exercício, independentemente da data da ocorrência de seus fatos geradores. Em outras palavras, por esse regime somente entrarão na



apuração do resultado as despesas e as receitas que passaram pelo caixa. (OLIVEIRA, 2010, pg. 28 *apud* RIBEIRO, 2009, pág. 283).

Portanto de acordo com o exposto dos autores acima, no regime de competência as receitas, despesas e custos, devem ser contabilizados no momento de sua ocorrência, mesmo que não ocorra o recebimento ou o pagamento. Já no regime de caixa, as transações somente são reconhecidas e contabilizadas no momento da entrada ou saída de dinheiro do caixa.

2.3 DEMOSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (DOAR)

2.3.1 Conceitos e Apresentação da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

A demonstração de Origem e aplicação de recursos (DOAR) é uma demonstração considerada pelos especialistas como sendo muito rica em informações, pois evidenciam de forma detalhada as variações ocorridas no capital circulante líquido (CCL), porém os conceitos nela existentes não são facilmente entendidos pelos seus usuários. (OLIVEIRA, 2010, pág. 29)

Com a alteração da Lei 6.404/76 no seu artigo 176, inciso IV, para a Lei 11.638/07, a DOAR deixou de ser obrigatória, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Devido ao seu alto volume de qualidade das informações que a mesma produz, é recomendável que as companhias continuem publicando a DOAR ao final de cada exercício social (ASSAF NETO, 2010, pág. 80).

No art. 188 da Lei 6.404 de 1976, estão discriminadas as formas de apresentação da mesma:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I – as origens de recursos agrupadas em:

- a) Lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) Realização do capital social e contribuições para reserva de capital;



- c) Recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;
- II – as aplicações de recursos agrupadas em:
- a) Dividendos distribuídos;
- b) Aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) Aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) Redução do passivo exigível a longo prazo;
- III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;
- IV – os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

A demonstração das origens e aplicações de recursos é simplesmente, a comparação de dois balanços consecutivos, os quais identificam as variações ocorridas na estrutura financeira da empresa durante o período considerado, permitindo melhores critérios para a análise financeira. O demonstrativo, num sentido mais amplo, permite a identificação clara dos fluxos financeiros que aumentaram ou reduziram o capital circulante líquido, indicando suas origens (origens dos recursos que elevaram o capital circulante líquido) e aplicações (aplicações dos recursos que diminuíram o capital circulante líquido). (ASSAF NETO, 2007, pág. 102)

No mesmo sentido Reis (2009, pág. 134) conceitua a DOAR: “Corresponde, assim como o Balanço Patrimonial, uma demonstração da movimentação líquida da entrada (origem) e saída (aplicação de recursos)”.

Contudo de acordo com Reis (2009, pág. 134) se difere do Balanço Patrimonial de um ano (último exercício);

- A movimentação é restrita ao período de um ano (último exercício);
- Só são computadas a movimentação de recursos dirigida (de outros grupos) para os grupos Circulante (do Ativo e do Passivo) e a movimentação originária dos grupos Circulantes dirigida para outros grupos.

Segundo Braga (2012, pág. 92) afirma: “a demonstração de origens e aplicações de recursos, também chamada de “fluxos de fundos”, origina-se basicamente de uma análise das variações ocorridas na posição financeira da empresa (ativos e passivos circulantes) cuja diferença representa o *capital circulante líquido*”.



2.3.2 Objetivos da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

Segundo Reis (2009, pág. 134) o objetivo básico deste demonstrativo é:

Relatar a movimentação de valores ocorrida no exercício que tenha provocado variação no Ativo Circulante Líquido, ou seja, toda entrada (origem) ou saída (aplicação) de recursos que provenientes de grupos não circulante ou dirigida a eles aumente ou diminua o Ativo Circulante ou o Passivo Circulante.

A análise da DOAR permite identificarmos quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual fonte tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para os recursos; qual é o nível de imobilização e de não imobilização da empresa; qual é o nível de investimentos em outras atividades (não operacional) etc. (MARION, 2009, pág. 220)

Conforme o entendimento de Assaf Neto (2010, pág. 80) a DOAR tem por objetivo: “identificar os fluxos de recursos dentro da empresa, seja da forma como foram gerados (financiamentos), ou como foram aplicados (investimentos), durante o exercício social”.

Braga (2012, pág. 93) afirma: “o objetivo dessa demonstração é apresentar as modificações na posição financeira da empresa entre duas datas – geralmente, as do início e do término de cada exercício social”.

Perez Jr e Begalli (1999, pág. 143) relatam:

Os objetivos da demonstração das origens e aplicações de recursos são:

- Identificar, resumidamente, as fontes de recursos responsáveis pelas alterações no capital de giro e onde esses recursos foram aplicados durante um determinado período de tempo;
- Completar a divulgação sobre a posição financeira e sobre os resultados das operações durante o mesmo período de tempo;
- Orientar os que dela se utilizam, incluindo administradores e investidores, na tomada de decisões de ordem econômica e financeira referentes ao empreendimento.



Segundo Perez Jr e Begalli (1999, pág. 143), embora a demonstração das origens e aplicações de recursos não substitua o balanço patrimonial e tampouco a demonstração do resultado do exercício, ela fornece informações que as demais demonstrações não apresentam, ou apresentam apenas indiretamente, sobre o fluxo de recursos e sobre as alterações na posição financeira do período.

Pode-se dizer que a grande utilidade do uso da DOAR é a avaliação da liquidez, ou seja a sua folga financeira a curto prazo da empresa, verificada pelo capital circulante líquido. A mesma nos permite uma identificação mais nítida a respeito das causas que determinaram as alterações na posição financeira, permitindo uma visão mais ampla da estrutura de equilíbrio financeiro (ASSAF NETO, 2010, pág. 83)

No entendimento de Gonçalves e Baptista (2007, pág. 344) “A demonstração das Origens e Aplicações de Recursos permite visualizar como foram obtidos e aplicados os recursos que afetam o capital de giro das empresas, denominado pela Lei das S.A de Capital Circulante Líquido”.

2.3.3 Origens dos Recursos

As operações da empresa geram recursos à medida que as receitas que produzem recursos excedem as despesas que exigem a aplicação de recursos. A empresa pode obter fundos ou recursos adicionais, por meio de empréstimos, emitindo mais ações para aumentar seu capital, realizando ativos de longo prazo, vendendo imobilizações inservíveis para seu uso, alienando ativos intangíveis ou participações societárias de caráter permanente (BRAGA, 2012, pág. 93).

Segundo Assaf Neto (2010, pág. 83), as origens dos recursos devem ser identificadas principalmente por:

- Lucro do exercício, acréscido de depreciação, amortização ou exaustão e outras receitas e despesas que não afetam o capital circulante líquido da empresa;
- Aumento do capital social através de subscrição e integralização de novas ações, e contribuições para reservas de capital;



- Recursos de terceiros, originados do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo, da alienação de investimentos e de ativos imobilizados.

Conforme Braga (2012, pág. 161) as principais origens dos recursos são as seguintes:

- a) Recursos provenientes das operações das companhias – representados pelo resultado líquido do exercício, ajustado pelos valores que não afetam o capital circulante líquido (quotas de depreciação, amortização e exaustão, computadas no resultado do exercício; resultado da equivalência patrimonial etc.), e pela variação do resultado de exercícios futuros. Se, após os ajustes, o resultado for positivo, constitui os recursos financeiros gerados pelas operações da companhia. Caso seja negativo, compreende-se que as operações da companhia absorveram recursos devido à insuficiência das receitas obtidas para a cobertura dos custos incorridos. Nesse caso, o déficit financeiro das operações será demonstrado como item das aplicações de recursos.
- b) Recursos de acionistas – são os recursos apontados à companhia pelos seus acionistas ou em seu benefício, que não decorreram das operações. São representados pelas contribuições para aumento de capital e contribuições para aumento de capital e contribuições para reservas de capital.
- c) Recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanentes – são derivados de recebimentos, alienações, baixas, ou transferências para o ativo circulante de itens classificados nos ativos realizáveis em longo prazo e permanente.
- d) Recursos provenientes de capitais de terceiros a longo prazo – são os obtidos pela empresa mediante empréstimos, financiamentos e outras obrigações, provocando aumento nas exigibilidades a longo prazo.

No que diz respeito à interpretação que determina a Lei das S.A, quanto a divisão da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Gonçalves e Baptista (2007, pág. 351) afirmam:

I – Origens de recursos agrupadas em:

- a) Das operações: compreendendo o lucro do exercício ajustado
- b) Dos acionistas /sócios: abrangendo as contribuições dos subscritores para aumento do capital social e o ágio recebido pela sociedade, destinado à reserva de capital correspondente.
- c) De terceiros: decorrente de empréstimos obtidos pela empresa, pagáveis a longo prazo, bem como valores oriundos de venda a terceiros de bens do Ativo Permanente ou da transformação do realizável a longo prazo em ativo circulante e ainda do aumento de resultados de exercícios futuros.



1. ORIGENS DE RECURSOS	
1.1 Lucro Líquido do Exercício (A) (+) Depreciação, Amortização e Exaustão (+) Provisões p/ Ajustes de Ativos não-Circulantes (+/-) Variação no Resultado de Exercícios Futuros (+/-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas, decorrentes de contrapartida a ajustes no Realizável a Longo Prazo (+/-) Variações Monetárias e Cambiais Passivas, decorrentes de contrapartida a ajustes no Exigível a Longo Prazo (+/-) Aumentos ou reduções de Investimentos relevantes avaliados pela equivalência patrimonial (deduzidos os dividendos recebidos no curso do exercício social)	
1.2 Realização do Capital Social (B)	
1.3 Contribuições para Reservas de Capital (B) ou (C)	
1.4 Aumento do Exigível a Longo Prazo (C)	
1.5 Aumento do Resultado de Exercícios Futuros (C)	
1.6 Aumentos do Patrimônio Líquido (B) ou (C) (não representados por 1.2 ou 1.3)	
1.7 Redução do Realizável a Longo Prazo (C)	
1.8 Redução do Ativo Permanente (C)	
TOTAL DA ORIGENS	

Quadro1: Demonstração das Origens de Recursos

Fonte: Gonçalves e Baptista (2007, pág. 357).

Podemos verificar que na estrutura apresentada são evidenciadas as origens dos recursos da empresa, que são o lucro apurado na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, com os seus devidos ajustes referente as despesas que não sofrem desembolso financeiro como depreciação, amortização ou exaustão; na sequência as possíveis realizações de capital social e contribuição para a reserva de capital; os recursos de terceiros provenientes de empréstimos a longo prazo, bem como da alienação de investimentos e outros direitos classificados no ativo imobilizado.

2.3.4 Aplicações dos Recursos

Os recursos obtidos pela empresa são normalmente aplicados na remuneração de seus sócios ou acionistas, na aquisição de novas ações de empresas coligadas ou controladas, na compra de novos equipamentos para o ativo imobilizado, aquisição de intangíveis, na



liquidação ou redução de suas dívidas em longo prazo, bem como no aumento de seu capital circulante líquido.(BRAGA, 2012, pág. 96)

De acordo com Assaf Neto (2010, pág. 83) as aplicações de recursos, são agrupadas principalmente em;

- Dividendos distribuídos;
- Aquisições de ativos imobilizados;
- Aumento de realizável a longo prazo e de investimentos(não circulantes);
- Redução do passivo exigível a longo prazo.

Conforme Rocha (2012, pág. 161) as principais aplicações dos recursos são seguintes:

- a) Recursos aplicados nas operações – ocorrem quando o resultado líquido do exercício, após os ajustes referidos no item I (a), apresenta uma situação negativa, indicando que as receitas foram insuficientes para a cobertura das despesas incorridas.
- b) Recursos aplicados no pagamento ou remuneração de acionistas – registram as parcelas destinadas ao pagamento de dividendos, devolução de capital etc., constituindo redução do patrimônio líquido da companhia.
- c) Recursos aplicados na aquisição (ou aumento) dos ativos de longo prazo e permanentes – registram os valores decorrentes de créditos concedidos pela companhia a longo prazo; aquisições de bens, investimentos e imobilizações, aplicações em ativo diferido etc.
- d) Recursos aplicados na redução de obrigações a longo prazo – representados pelas diminuições do passivo exigível a longo prazo, em decorrência de transferências para o passivo circulante ou de pagamentos antecipados de dívidas.

No que se refere à interpretação que determina a Lei das S.A, quanto a divisão da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Gonçalves e Baptista (2007, pág. 351) afirmam:

II – Aplicações de recursos divididas em :

- a) Inversões permanentes, quais sejam:
 - Aquisição de bens do ativo imobilizado;
 - Aquisição de novos investimentos permanentes em outras sociedades;
 - Aplicação de recursos no ativo diferido;
- b) Pagamento de empréstimos a longo prazo ou transferências destes para o passivo circulante;
- c) Remuneração de acionistas, derivada dos dividendos distribuídos.



2. APLICAÇÕES DE RECURSOS	
2.1 Prejuízo Líquido do Exercício	
2.2 Ajuste ao Prejuízo Líquido (conforme item 1.1, invertendo-se os sinais)	
2.3 Dividendos Distribuídos	
2.4 Aplicações em Investimentos Temporários a Longo Prazo	
2.5 Aplicações em Investimentos Permanentes	
2.6 Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado	
2.7 Demais Aumentos do Realizável a Longo Prazo(não representado por 2.4)	
2.8 Demais Aumentos do Ativo Permanente (não representados por 2.5 ou 2.6)	
2.9 Redução do Exigível a Longo Prazo	
2.10 Redução do Resultado de Exercícios Futuros	
2.11 Redução do Patrimônio Líquido (não representado por 2.1 ajustado ou 2.3)	
3. AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (Total das Origens – Total das Aplicações)	

Quadro2: Demonstração das Aplicações de Recursos
Fonte: Gonçalves e Baptista (2007, pág. 358).

Podemos verificar que na estrutura apresentada são evidenciadas as aplicações dos recursos da empresa. Estas aplicações podem ocorrer na forma de distribuição de dividendos; aquisição de direitos classificados no ativo imobilizado; aumento do ativo com elementos de longo prazo, como investimentos e contas a receber no período seguinte, ou no ativo diferido; bem como pode ocorrer a redução do passivo exigível a longo prazo, como a quitação antecipada de um empréstimo.

2.3.5 Capital Circulante Líquido (CCL)

Gonçalves e Baptista (2007, pág. 344) conceitua: “Capital Circulante Líquido (CCL) é conceituado como a diferença absoluta entre Ativo Circulante (AC) e Passivo Circulante (PC)”.

$$CCL = AC - PC$$



Portanto é preciso esclarecer a o que é ativo circulante e passivo circulante, que conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 26 (2012, pág. 632 -633), descreve:

- O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
 - (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
 - (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
 - (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
 - (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
 - (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
 - (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
 - (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
 - (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

A diferença entre o que for realizável e o que for exigível em até 365 dias representa os recursos financeiros à disposição da sociedade, que serão utilizados para atender às exigências das operações do próximo exercício. Essa diferença tanto poderá ser positiva como negativa e, assim, convencionou-se denominá-la capital circulante líquido ou capital circulante líquido negativo, respectivamente (PEREZ JR e BEGALLI, 1999, pág. 144).

Conforme o Portal de Contabilidade:

O Capital Circulante Líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, estoques e despesas pagas antecipadamente) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte) em determinada data. Quando o Ativo Circulante é maior do que o Passivo Circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Quando o Ativo Circulante é menor do que o Passivo Circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros.



Desse modo, o Capital Circulante Líquido compreende a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, no qual onde o mesmo for positivo (ativo circulante menor que passivo circulante) representa um Capital Circulante Próprio. No caso de um capital circulante negativo (passivo circulante maior que ativo circulante, representa um Capital Circulante Emprestado ou de terceiros).

O aumento ou redução do capital circulante líquido indica a variação (positiva ou negativa) verificada no capital circulante líquido da empresa. Considerando que a DOAR trata somente das origens e aplicações de recursos que ocorrem fora do âmbito do circulante. (ASSAF NETO, 2010, pág. 83).

Quando:	Ocorre:
Total das Origens > Total das Aplicações	Aumento do Capital Circulante Líquido
Total das Origens < Total das Aplicações	Redução do Capital Circulante Líquido

Quadro 3: Aumento e Redução do CCL
Fonte: Assaf Neto (2010, pág.83).

No tocante à variação do Capital Circulante Líquido Assaf Neto (2010, pág. 148) relata:

Os aumentos do capital de giro líquido podem ser provenientes de três hipóteses somente:

- Dos resultados da atividade da empresa, ou seja, dos lucros
- Do capital próprio, isto é, do aumento de capital ou de reservas; ou, então,
- Do capital de terceiros a longo prazo ou decorrentes da alienação ou venda de capital fixo.

Da mesma forma, as reduções do capital circulante líquido, agrupam-se em quatro hipóteses somente:

- Da remuneração do capital próprio, os dividendos distribuídos;
- Da aquisição de capital fixo, imobilizado;
- Do aumento do realizável a longo prazo e da aquisição de capital fixo, investimentos e diferido;
- Da redução de capital de terceiros, o exigível a longo prazo.

Conforme o exposto de ideias acima, a verificação do efeito das transações do período sobre o Capital Circulante Líquido ocorre por meio da subtração do total das aplicações de recursos do total das origens de recursos. Se o valor resultante for positivo refletirá um



aumento no CCL e se for negativo, refletira diminuição no CCL, ou seja, o valor resultante irá evidenciar o excesso ou a insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações.

2.3.6 Indicadores para a Análise da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

De acordo com Marion (2009), alguns índices que podem ser utilizados na análise da DOAR são:

1	$\frac{\text{Novas Aquisições no Permanente}}{\text{Origens das Operações + Aumento de Capital em Bens + Novos Recursos de Terceiros (ELP)}}$	Indica quanto foi investido no Ativo Permanente resultante da soma do Lucro gerado (mais os ajustes) de novos recursos incorporados ao Capital e de novos recursos de terceiros a Longo Prazo. Relacionam-se, então, os recursos passíveis de ser utilizados no Permanente, sem sacrificar o Capital Circulante Líquido. Se esse índice for superior a 1,00, há evidência de redução do CCL e, conseqüentemente, da Liquidez Corrente.
2	$\frac{\text{Aplicações em Investimentos}}{\text{Origens}}$	Indica que se tais aplicações forem elevadas ou constantes no decorrer dos anos, podemos concluir que está havendo um desvio em relação aos objetivos sociais da empresa, devido as aplicações em Investimentos não serem operacionais, uma vez que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa. Esse índice pode indicar ainda uma possibilidade de rejeição pelo mercado consumidor do produto da empresa.
3	$\frac{\text{Origens (Resultado de Capitais de Terceiros)}}{\text{Origens Totais}}$	Indica a necessidade de diversificação das origens para não concentrá-las em Capital de Terceiros, pois elevadas e sucessivas origens (mais de 50%) decorrentes de Capital de Terceiros significam enfraquecimento da situação econômica. Essa situação tende a piorar, se o endividamento da empresa já for elevado. No momento em que as origens decorrentes de Capital de Terceiros se reduzirem ao percentual inferior a 50%, teremos participação mais elevada de recursos gerados pela própria empresa ou pelos proprietários. Nesse caso, entretanto, é interessante subtrair os Dividendos do Lucro Líquido, para que possamos observar, mesmo assim, se a situação é favorável.
4	$\frac{\text{Aquisição de Imobilizado}}{\text{Aplicações}}$	Indica se a empresa, no decorrer dos anos, está inovando seu Imobilizado, não só no sentido de reposição, mas também para melhorar sua produtividade e a qualidade de seu produto.
5	$\frac{\text{Capacidade de amortização de dívidas a longo prazo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Origens das Operações (Lucro L. Ajustado)}}$	Esse índice evidencia o número de anos aproximados em que a empresa conseguiria pagar suas dívidas de longo prazo com recursos gerados pelo Lucro Líquido Ajustado no último período.



6	$\frac{\text{Liquidez geral projetada}}{\text{PC + ELP}}$ $\frac{\text{AC+ RLP}+(\text{Lucro L. Ajustado x Prazo Pqto. Do ELP})}{\text{PC + ELP}}$	Nesse índice, considerando o prazo real da dívida a longo prazo, vamos analisar se a empresa, com o nível atual de recursos gerados pelo lucro ajustado, conseguirá liquidar seus compromissos de longo prazo ou precisará usar outros recursos (aumento de capital, novos financiamentos etc.).
7	Manutenção do Capital de Giro Próprio CCL do início do ano x inflação do período	Indica o quanto a empresa deve investir na manutenção de seu CCL, devido a perda inflacionária. Ou seja, ela deve repor a inflação do Capital de Giro Próprio do período, para não reduzir sua folga financeira em termos reais. O ideal seria ajustar o Lucro Líquido Ajustado em Lucro Líquido Ajustado Disponível, ou seja, subtrair a parcela que a empresa irá reinvestir para repor o CCL diante da perda inflacionária.

Quadro 4 : Indicadores para a Análise da DFC
Fonte: Marion (2009, pág. 204-206)

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.

2.4.1 Conceitos e Apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. No Brasil, com a modificação da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, tornou-se obrigatória para as companhias abertas e as de grande porte . A Companhia fechada com o patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a 2 milhões de reais não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. (MARION, 2009, pág. 54)

“Reis (2009, pág. 158) conceitua: “a Demonstração dos Fluxos de Caixa” indica a origem de todos os recursos monetários que entraram no Caixa, bem como onde foram aplicados os recursos monetários que saíram do Caixa em determinado período”.

Segundo Marion (2009, pág. 54) a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia:

As modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimento e pagamentos. Embora a DOAR seja mais rica em termos de informação, os conceitos nela contidos, como, por exemplo, a variação do capital circulante líquido, não são facilmente compreendidos. A DFC, ao contrário, por ser de linguagem e conceitos mais simples, possui melhor comunicação com a maioria dos usuários das Demonstrações Contábeis.



Ainda, conforme Marion (2009), a demonstração do fluxo de caixa vem ganhando uma importância fundamental e interesse pelos usuários da contabilidade pelo fato ser facilmente entendida e elaborada em relação a DOAR. No entanto vale lembrar que a DFC, apresenta-se pelo regime de caixa e não de competência como as demais demonstrações.

A DFC vem esclarecer situações controvertidas na empresa, por exemplo, através da comparação com a DRE, o porquê de a empresa ter um lucro considerável e estarem com o caixa baixo, não conseguindo liquidar todos os seus compromissos. Ou, ainda, embora seja menos comum, o porquê de a empresa este ano não ter obtido lucro, embora o caixa tenha pago todas as contas. (IUDICÍBUS e MARION, 2009, pág. 113)

Para esclarecer melhor o regime de competência e regime de caixa, Franco (1997, pág.53) explica:

Quando consideramos, na apuração dos resultados do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos efetuados, temos o chamado regime de caixa e quando registra, como resultado de exercício, o que é de sua competência, sem considerar se foram pagos ou não, fica configurado o chamado regime de competência.

No que diz respeito a sua segregação e formas de apresentação Marion (2009, pág. 55) relata:

A demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa ou de equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício). As práticas internacionais dispõem que essa demonstração seja segregada em três tipos de fluxos de caixa: os fluxos das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimentos.

2.4.2 Caixas e Equivalentes e Caixa

Segundo Reis (2009, pág. 158) conceitua:

O termo “caixa” expresso no demonstrativo tem um sentido bem mais genérico do que o expresso pela conta respectiva. Na realidade, esse termo



engloba todas as “disponibilidades monetárias” da empresa, quer se encontrem sob forma de dinheiro, de saldo bancário ou até mesmo de aplicações financeiras de livre movimentação – equivalentes de caixa -, ou seja, engloba todos aqueles recursos financeiros dos quais a empresa pode lançar mão para efetuar pagamentos de despesas ou de compromissos:

Caixa

+ Depósitos bancários à vista

+ Aplicações financeiras de livre movimentação

Quadro 5: Equivalentes de Caixa

Fonte: Reis (2009, pág.159).

A definição de Equivalentes de Caixa segundo o Pronunciamento Técnico CPC 03 (2004 pág. 3) – Demonstração do Fluxo de caixa afirma: “são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.

No que se refere aos investimentos de curto prazo, Iudícibus *et al*(2010, pág. 566) relata:

Conquanto o significado de “investimentos de curto prazo” pareça bastante claro, persistem problemas de interpretação sobre quais investimentos têm altíssima liquidez e, portanto possam ser considerados equivalentes de caixa. Os norte-americanos (FASB) requerem a evidenciação em Notas Explicativas, dos critérios considerados pela empresa na definição de suas aplicações em equivalentes de caixa. O IASB exige a descrição dos próprios investimentos (não dos critérios) em Notas Explicativas.

É importante destacar que os investimentos em equivalentes de caixa não tem caráter especulativo de obter lucros anormais com tais aplicações, e não podem estar sujeitos a risco significativo de alteração de valor, mas apenas o de assegurar a essas sobras temporárias a remuneração correspondente ao preço do dinheiro no mercado. Logo, investimentos sujeitos à flutuação de valor, devido, geralmente, não serem mantidos para suprir necessidades de caixa de curto prazo, não devem ser considerados equivalentes de caixa. Conquanto o significado de “investimentos de curto prazo” pareça bastante claro, pode haver problemas de



interpretação sobre quais investimentos têm altíssima liquidez e, portanto, possam ser considerados equivalentes de caixa. (IUDÍCIBUS *et al*, 2010, pág. 567).

2.4.3 Objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Segundo Reis (2009, pág. 159) o objetivo do Demonstrativo do Fluxo de Caixa é: “disponibilizar informações sobre as entradas e saídas de numerário em determinado período”.

As informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizadas em conjunto com os demais demonstrativos contábeis, podem auxiliar os seus usuários – empresários, administradores, investidores, credores etc.. para:

- Avaliar a geração futura de caixa para o pagamento de obrigações, de despesas correntes e de lucros ou dividendos aos sócios;
- Identificar as futuras necessidades de financiamento;
- Compreender as razões de possíveis diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais;
- Evidenciar o efeito das operações e das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira da empresa (REIS, 2009, pg. 159).

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa. (IUDÍCIBUS *et al*, 2010, pág. 565).

Neste sentido, para o cumprimento de sua finalidade, segundo Iudícibus *et al*, (2010, pág.566), o modelo de DFC adotado deve atender aos seguintes requisitos:

- Evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento, nessa ordem;
- Evidenciar separadamente, em Notas Explicativas que façam referência à DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período;



- Conciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

As informações dos fluxos de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários da demonstração contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança na geração de tais recursos (PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL CPC 03,2004, pág. 2).

Zdanowicz (1988, pág 38) cita que:

Um dos principais objetivos do fluxo de caixa é otimizar a aplicação de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa. Acresce-se que, numa conjuntura econômica, como a brasileira, nenhuma empresa pode-se dar ao luxo de deixar seus recursos ociosos.

Verifica-se diante do exposto dos autores citados, que a Demonstração do Fluxo de Caixa trata-se de um instrumento eficiente na gestão empresarial, cujo objetivo é otimizar a aplicação de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis da empresa, evitando assim deixar seus recursos ociosos.

2.4.4 Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade

De acordo com a Lei nº11.638 de 2007 que alterou e revogou o art. 188 da Lei. nº6.404/76 traz a seguinte afirmativa no que diz respeito a sua estrutura por atividade:

Demonstrações dos Fluxos de Caixas.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa- as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em , no mínimo , 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos.; e
- c) dos investimentos.



Segundo Reis (2009, pág. 160) Os fluxos de caixa devem ser segregados em:

a) Das atividades operacionais

Correspondem às entradas e saídas de caixa provenientes das atividades diretamente relacionadas com as operações principais ou acessórias da empresa, como:

- Recebimentos de vendas;
- Pagamentos de compras;
- Pagamentos de despesas (salários, aluguéis etc.);
- Recebimento de outras receitas (aluguéis etc.);

b) Das atividades de investimentos

Correspondem às entradas e saídas de caixa provenientes de:

- Aquisição (-) ou venda (+) de ativos financeiros;
- Aquisição (-) ou venda (+) de participações permanentes em outras sociedades;
- Aquisição (-) ou venda (+) de bens de uso;
- Aquisição (-) ou venda (+) de bens destinados à renda;
- Gastos com despesas classificáveis no Ativo Diferido.

c) Das atividades de financiamentos

Correspondem às operações de captação de recursos próprios e de recursos alheios, bem como sua amortização e remuneração:

- Entrada (+) ou pagamento (-) de empréstimos;
- Aumento do Capital Social em dinheiro;
- Entrada de reservas de capital;
- Juros e outros encargos sobre financiamentos;
- Juros e dividendos relacionados com o capital próprio.

Diferentemente da DOAR, cuja apresentação foi exigida no Brasil no período de 1978 a 2007, em que os recursos são evidenciados em termos de suas origens e aplicações, o formato adotado para a DFC é o de classificação das movimentações de caixa por grupos de atividades. A classificação dos pagamentos e recebimentos de caixa relaciona-se, normalmente, com a natureza da transação que lhe dá origem. Assim, por exemplo, a compra de matéria-prima para a produção é uma atividade operacional; a compra de uma máquina utilizada na geração de outros produtos é uma atividade de investimento; e a emissão de ações da própria empresa é uma atividade de financiamento (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(2004, pág.4), no que diz respeito a sua apresentação:



A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser usadas também para avaliar a relação entre essas atividades.

Segundo Iudícibus *et al* (2010, pág. 567), as atividades operacionais “(...) envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento”. Segundo, ainda Iudícibus *et al* (2010, pág. 567) as movimentações que afetam as atividades operacionais são:

Entradas

- a) Recebimentos pela venda de produtos e serviços a vista, ou das duplicatas correspondentes no caso de vendas a prazo. Incluem também os recebimentos decorrentes dos descontos das duplicatas emitidas contra as vendas a prazo efetuadas, de curto ou longo prazo em bancos;
- b) Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos e sobre aplicações financeiras em outras entidades;
- c) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio pela participação no patrimônio de outras empresas;
- d) Qualquer outro recebimento que não se origine de transações definidas como atividades de investimento ou financiamento como: recebimentos decorrentes de sentenças judiciais; reembolso de fornecedores; indenizações por sinistros.
- e) Recebimentos de aluguéis, royalties, direito de franquia e vendas de ativos produzidos ou adquiridos para esse fim (como no caso da venda de carros destinados a aluguel).

Saídas:

- a) Pagamentos a fornecedores referentes ao suprimento de mercadorias ou de matérias-primas e outros materiais para a produção de bens para a venda.
- b) Pagamentos aos fornecedores de outros insumos de produção, incluídos os serviços prestados por terceiros;
- c) Pagamentos aos: governo federal, estadual e municipal, referentes a impostos, multas, alfândegas e outros tributos e taxas, exceto quando especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimentos;
- d) Pagamentos dos juros (despesas financeiras) dos financiamentos (comerciais e bancários) obtidos;
- e) Pagamentos para a produção ou aquisição de ativos destinados a aluguel e subsequente venda (como no caso das compras de veículos destinados a aluguel, na sequência, venda).



As atividades de financiamento segundo Costa (2009, pág. 29 *apud* CAMPOS FILHO, 1999, pág.27), “(...) trata dos recebimentos e pagamentos que afetam as atividades de investimentos”, o mesmo autor expõe as principais operações que afetam as atividades de investimentos:

- a) Aplicações financeiras (com prazo de vencimento maior que três meses)
- b) Empréstimos concedidos
- c) Participações em controladas/coligadas
- d) Participações em outras empresas
- e) Terrenos
- f) Obras civis
- g) Móveis – utensílios – instalações
- h) Maquinas – ferramentas – equipamentos
- i) Veículos de uso
- j) Equipamentos de processamento de dados
- k) Software /aplicativos de informática

As atividades de investimento conforme o IBRACON NPC 20 (1999, item 6):

(...) compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Conforme Assaf Neto (2010, pág. 84) os fluxos financeiros de financiamento:” referem-se basicamente às operações com credores e investidores.”

As entradas de caixa compreendem as captações no mercado através de emissão de títulos de dívida, integralização de ações emitidas etc. Já as saídas de caixa são representadas por pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, amortização de empréstimos e financiamentos (pagamento de principal) etc.(ASSAF NETO, 2010, pág. 84).

2.4.5 Métodos de Elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)



Conforme Marion (2009, pág. 55) relata: “ essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta com base no Lucro/ Prejuízo do Exercício).

No mesmo sentido, o método a ser utilizado de acordo com Iudícibus *et al* (2010, pág. 573) afirmam: “Para divulgar o fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais, pode ser utilizado o método direto ou indireto. O FASB e o IASB recomendam que as empresas utilizem o método direto, mas é facultada a elaboração do fluxo das operações pelo método indireto, ou método de conciliação”.

2.4.5.1 Método Direto

Segundo Iudícibus *et al* (2010, pág. 573)

(...) o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período.

No entendimento de Reis (2009, pág. 165) o método direto “é o mais utilizado por apresentar informações mais precisas sobre a efetiva movimentação de valores numéricos”.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 (2004, pág. 07), pelo método direto, as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas alternativamente:

- a) Dos registros contábeis da entidade; ou
- b) Pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos similares) e outros itens da demonstração do resultado ou do resultado abrangente referentes a:
 - i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
 - ii) outros itens que não envolvem caixa; e
 - iii) outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.



As empresas, ao utilizarem o método direto, devem detalhar os fluxos das operações, no mínimo, nas classes seguintes segundo Iudícibus *et al* (2010, pág. 573):

- recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares;
- recebimentos de juros e dividendos;
- outros recebimentos das operações, se houver;
- pagamentos a empregados e a fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda, publicidade e similares;
- juros pagos ;
- impostos pagos;
- outros pagamentos das operações, se houver.

De acordo com o Entendimento do IBRACON NPC 20 (1999, item 14),” o método direto caracteriza-se por apresentar os componentes dos fluxos por seus valores brutos, ao menos para os itens mais significativos dos recebimentos e dos pagamentos”.

Modelo Fluxo de Caixa Método Direto

Fluxos de caixa originados de:	Atividades operacionais
Valores recebidos de clientes	X
Valores pagos a fornecedores e empregados	(X)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
	Atividades de investimentos
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X



	Atividades de investimentos	Atividades de financiamentos
Integralização de capital	X	
Pagamentos de lucros e dividendos	(X)	
Juros recebidos de empréstimos	X	
Juros pagos por empréstimos	(X)	
Empréstimos tomados	X	
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X	
Aumento (Redução) nas disponibilidades	X	
Disponibilidades -no início do período	X	
Disponibilidades -no final do período	X	

Quadro 6 : Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto
Fonte: Portal de contabilidade - Ibracon- NPC 20 (1999, anexo 1)

2.4.5.2 Método Indireto

No formato indireto segundo Reis (2009, pág. 166) “realiza-se uma conciliação do Resultado Líquido por meio de adições ou subtrações, para chegar ao Caixa Líquido Resultante das operações”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio acima Iudícibus *et al* (2010, pág. 573) afirmam que: “o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da conciliação”. Para tanto segundo os mesmos autores é necessário:

- remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, crédito tributário etc. e todas as alocações no resultado de eventos que podem ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar do período; e
- remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos não circulante e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimentos ou financiamentos: depreciação, amortização de intangível e ganhos e perdas na venda de



imobilizado e/ou em operações em descontinuidade (atividades de investimentos); e ganho e perdas na baixa de empréstimos (atividades de financiamento).

De acordo com Pronunciamento Técnico CPC 03 (2004, pág. 08), o fluxo de caixa advindo das atividades operacionais é determinado ajustado o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de :

- (a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
- (b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e
- (c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

O método de obtenção indireta do caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da sequência utilizada na DOAR para se obter o capital circulante gerado pelas operações. Por isso, a grande maioria das empresas de países com DFC obrigatória prefere utilizar o método indireto, em razão do costume anteriormente adquirido ao elaborar a DOAR, além de ser esse método mais fácil de ser automatizado e informatizado. Ressalva-se, contudo, que os órgãos normatizadores das práticas contábeis em todo o mundo recomendam, mesmo não sendo o mais rico para efeito da análise, a adoção do método direto, principalmente pela maior facilidade de compreensão deste por parte do usuário. (IUDÍCIBUS *et al*, 2010 pág. 573).

Modelo Fluxo de Caixa Método Indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício/período	X
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência patrimonial	(X)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X



Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	X
(Aumento) Redução nos estoques	X
Aumento (Redução) em fornecedores	X
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	X
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	X
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (Redução) nas disponibilidades	X
No início do período	X
No final do período	X

Quadro 7 : Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Fonte: Portal de contabilidade - Ibracon- NPC 20 (1999, anexo 2)

2.4.6 Indicadores para a Análise da Demonstração do Fluxo de caixa (DFC)

Como já citado na Análise da DOAR, Marion (2009, pág. 204-206), também propõe índices para a análise da DFC, sendo os principais: Cobertura de Juros; capacidade de quitar



dívidas; taxa de retorno do caixa; nível de recebimento das vendas e capacidade de novos investimentos.

1	$\frac{\text{Cobertura de Juros}}{\text{Caixa Gerado nas Operações}} \\ \text{Juros pagos no período}$	Esse índice mede a capacidade gerar Lucro Operacional suficiente para cobrir as despesas com o pagamento de juros.
2	$\frac{\text{Capacidade de quitar dívidas}}{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}} \\ \text{Financiamentos Onerosos}$	Esse índice mede a capacidade de caixa gerado pela empresa, para quitar suas dívidas, seja elas de financiamentos ou empréstimos bancários.
3	$\frac{\text{Taxa de retorno do caixa}}{\text{Caixa Gerado nas Operações}} \\ \text{Ativo}$	Esse índice demonstra a capacidade de recuperação de caixa, para converter seu equivalente a ativo em caixa.
4	$\frac{\text{Nível de Recebimento de Vendas}}{\text{Caixa Gerado nas Vendas}} \\ \text{Vendas}$	Esse índice demonstra o percentual de vendas que foram recebidas no período. Esse indicador é de grande valia quando comparado com anos anteriores e com as concorrentes, avaliando-se política de crédito, cobrança etc.
5	$\frac{\text{Capacidade de Novos Investimentos}}{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}} \\ \text{Novos Investimentos no Imobilizado}$	Esse índice mede a capacidade de gerar recursos, após pagamento dos dividendos, para a continuidade do negócio, financiando com recursos próprios novos imobilizados.

Quadro 8 : Indicadores para a Análise da DFC
Fonte: Marion (2009, pág. 204-206)

2.5 COMPARATIVO ENTRE A DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA E A DOAR – DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS.

Foram analisados separadamente a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em sua forma direta e



indireta para se estabelecer as suas semelhanças, diferenças, vantagens e desvantagens a respeito dos dois demonstrativos.

2.5.1 Diferenças e Semelhanças do DOAR e DFC

Devido a substituição do DOAR pela DFC no Brasil, com a promulgação da Lei 11.638/2007, na qual segue a prática internacional em atualizar as regras contábeis, afim de contribuir para harmonização destas com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), por meio da IFRS. Essa convergência contribui para melhorar a divulgação de informações gerenciais e financeiras da empresa, a fim de aumentar suas relações com investidores internacionais. No entanto, alguns autores divergem em relação à exclusão do DOAR, apesar de ser reconhecido que a DFC trata-se de uma demonstração muito mais fácil de ser divulgada e compreendida pelos usuários em relação a DOAR, além de apresentar em sua estrutura financeira, importantes informações de curto prazo. Desta forma, no quadro a seguir foi feita a análise de suas semelhanças e diferenças.

DIFERENÇAS	SEMELHANÇAS
A DOAR é elaborada utilizando o regime de competência e a DFC utiliza o regime de caixa.	Ambos os demonstrativos apresentados tem por objetivo evidenciar a variação na posição financeira da empresa em determinado período.
A DOAR evidencia seus recursos através das origens e aplicações de recursos. Já a DFC detalha por meio da divisão das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.	A DFC quando elaborada pelo método indireto, muito se assemelha a DOAR, pelo fato de ambas efetuarem o ajuste ao lucro líquido, provenientes da Demonstração do Resultado do Exercício.
A DOAR evidencia a variação do CCL (Capital Circulante Líquido), ou seja, analisa a posição financeira da empresa como um todo, incluindo elementos não monetários como o estoque. Já a DFC evidencia a variação do disponível (caixa e equivalentes de caixa).	Ambos os demonstrativos permitem analisar a solvência e liquidez da empresa.
A DOAR trata-se de uma demonstração financeira mais analítica, pois mostra sua posição financeira e suas tendências futuras de médio e longo prazo, permitindo aos usuários entender sua política e tendências futuras dos negócios da empresa. No entanto a DFC permite um detalhamento dos recursos financeiros disponíveis a curto prazo, a fim de controlar o momento certo de aplicar a	Tanto a DOAR como a DFC possibilitam aos seus usuários da informação fazerem uma previsão de lucros ou fluxos de caixas futuros.



sobra de caixa ou o momento de contrair empréstimos para cobrir a insuficiência do mesmo.	
---	--

Quadro 9: Diferenças e Semelhanças DOAR X DFC

Fonte: Elaborado a partir de Oliveira. (2010, pág.65)

A principal diferença entre a DOAR e DFC, está presente no regime adotado por elas que segundo Silva, Santos e Ogawa (1993, pág.18) explicam:

A DOAR é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, apresentando, portanto, a disponibilidade de médio prazo (enquanto que a) (...) DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa (recebimentos e pagamentos) puro.

Pelo fato da DFC utilizar o conceito de caixa, seu entendimento pelos usuários das informações contábeis, principalmente para aqueles que não possuem muito conhecimento sobre o assunto se torna muito fácil. Além disso, ela permite um detalhamento de recursos financeiros disponíveis em curto prazo, a fim de controlar o momento certo de aplicar a sobra de caixa ou o momento de contrair empréstimos para cobrir a insuficiência do mesmo e também permite prever uma possível falência da empresa. Já a DOAR por ser elaborada pelo regime de competência se trata de uma demonstração financeira mais analítica, pois mostra sua posição financeira e suas tendências futuras de médio e longo prazo através da sua variação no CCL, permitindo a seus usuários entender sua política e tendências futuras dos negócios da empresa e também de prever insolvência.

Quanto à apresentação dos demonstrativos contábeis, a DOAR detalha a variação financeira de seus recursos por meio de suas origens e aplicações de recursos. Já a DFC detalha essa variação por meio da divisão das atividades operacionais, as atividades de investimento e das atividades de financiamento. No entanto as atividades de investimento e financiamento compõem os dois demonstrativos.

Enquanto a DFC evidencia o fluxo dos itens do disponível, representado por (caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata), a DOAR mostra a movimentação das origens e aplicações de recursos que afetam seu capital circulante líquido.



A DOAR trabalha evidenciando seu Capital Circulante Líquido (CCL), ou seja, a posição financeira da empresa como um todo, pois engloba outros elementos não monetários como, por exemplo, estoques e despesas antecipadas. Já a DFC evidencia sua movimentação do Disponível, dando ênfase a pagamentos e recebimentos.

No que diz respeito as suas semelhanças, a DFC e o DOAR nos permitem informar sobre a variação ocorrida na posição financeira da empresa dentro de determinado período, sendo que a Doar evidencia essa variação por meio do CCL e a DFC através do caixa.

Ambos os demonstrativos são indispensáveis para embasarem os gestores em suas tomadas de decisões, pois permitem fazer uma análise detalhada referente às previsões de lucros e fluxos de caixas futuros da empresa e ainda possibilitam analisar sua insolvência e liquidez, por meio de indicadores indispensáveis para a análise de risco de crédito.

Segundo Silva, Santos e Ogawa (1993) a DFC quando elaborada pelo método indireto se torna muito semelhante a da estrutura da DOAR, pois ambas realizam os ajustes ao lucro líquido, provenientes da Demonstração do Resultado do Exercício. Portanto o método indireto é mais fácil o seu entendimento por aqueles que já compreendem a DOAR. Já o método direto evidencia os pagamentos e recebimentos de forma clara e objetiva, proporcionando um melhor entendimento da informação a respeito situação financeira para aqueles que não compreendem a DOAR.

Martins (1999, pág. 8) faz uma comparação entre a DOAR e a DFC, no que diz respeito as dificuldades de análise entre ambos:

O conceito de capital circulante líquido é mesmo muito mais difícil, por ser abstrato e não tão familiar quanto o de disponibilidade. E mais ainda, as pessoas que sabem de fato analisar a DOAR sabem muito bem montá-la, principalmente dispendo do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Resultado e do Balanço. Já o inverso é mais difícil: quem não sabe analisar a DOAR, normalmente não é capaz de montar o Fluxo de Caixa.

2.5.2 Vantagens da DFC em relação a DOAR

A seguir serão apresentadas algumas vantagens da DFC em relação a DOAR, segundo Silva, Santos e Ogawa (1993, pág.19).



- A DFC apresenta-se em uma linguagem comum e de fácil compreensão aos usuários, enquanto a DOAR, em geral, é de difícil compreensão pelos usuários, devido a linguagem técnica com que é apresentada;
- propicia melhor visualização do fluxo dos recursos financeiros, enquanto a DOAR envolve a avaliação de ativos não-monetários;
- a DFC se faz necessária na previsão de problemas de insolvência e na avaliação de riscos, caixa e dividendos futuros, enquanto a DOAR não propicia previsões futuras quanto a disponibilidade financeira da empresa; e
- a DFC utiliza o conceito de curto prazo, evidenciando apenas elementos monetários. Já a DOAR engloba elementos de longo prazo, inclusive não monetários.

2.5.3 Vantagens da DOAR em relação a DFC

No que diz respeito a vantagens da DOAR em relação a DFC Silva, Santos e Ogawa (1993, pág.20).retratam:

- a DOAR fornece informações que não constam em outras demonstrações, além de apresentar maior volume de informações que a DFC;
- possibilita melhor conhecimento da política de investimentos e financiamentos da empresa;
- é mais abrangente, pois representa as mudanças na posição financeira como um todo, enquanto a DFC não apresenta informações relacionadas a negociações financeiras a longo prazo; e
- possui maior capacidade analítica no longo prazo.

2.5.4 Vantagens e Desvantagens da DOAR

VANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">• Fornece informações que não constam em outras demonstrações. Por este motivo, quando elaborada por um usuário externo, a partir das informações do Balanço e da Demonstração do Resultado, não é tão completa e informativa;
<ul style="list-style-type: none">• Possibilita um melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa;
<ul style="list-style-type: none">• Ajuda a mostrar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros;
<ul style="list-style-type: none">• Segundo alguns autores, tem poder preditivo;
<ul style="list-style-type: none">• É uma demonstração mais abrangente que o Fluxo de Caixa e possui uma capacidade analítica maior que o fluxo de caixa, particularmente de longo prazo;



<ul style="list-style-type: none">• Possui uma capacidade analítica de longo prazo;
DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">• A elaboração da DOAR depende do conceito de fundos utilizado. Como não existe um consenso, pode-se usar o caixa e seu equivalente, o ativo circulante, o “working capital” ou todos os recursos financeiros, o que incluiria troca não monetária de ativos de longo prazo;
<ul style="list-style-type: none">• Não atende a setores específicos, como por exemplo, às instituições financeiras, embora seja possível adaptá-la ao conceito de fundos mais convenientes;
<ul style="list-style-type: none">• Não é essencialmente financeira pois considera somente os ativos monetários;
<ul style="list-style-type: none">• Apresenta as modificações internas do CCL de forma residual;
<ul style="list-style-type: none">• Alguns autores consideram sua denominação imprecisa, sugerindo modificação para Demonstração da Modificação na Posição Financeira;
<ul style="list-style-type: none">• O seu uso não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países onde a pesquisa contábil encontra-se mais desenvolvida;
<ul style="list-style-type: none">• O resultado é afetado pelo método de avaliação de ativos não monetários;
<ul style="list-style-type: none">• Enquanto a Demonstração do Resultado obteve, ao longo do tempo, uma forma consagrada, o mesmo não ocorreu com a DOAR. Isto talvez mostre ser que a DOAR é um demonstrativo que não obteve aceitação maior entre os usuários e
<ul style="list-style-type: none">• A DOAR é uma demonstração que apresenta dificuldades de entendimento aos usuários, principalmente por trabalhar com o conceito abstrato de capital de giro líquido ou de folga financeira de curto prazo.

Quadro 10: Vantagens e Desvantagens da DOAR

Fonte: Silva, Santos e Ogawa (1993,pág.15)

2.5.5 Vantagens e desvantagens da DFC

VANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">• Apresenta-se em uma linguagem comum e de fácil compreensão aos usuários;
<ul style="list-style-type: none">• Maior facilidade de entendimento por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros;
<ul style="list-style-type: none">• Utiliza um conceito mais concreto, crítico em qualquer empresa e necessário no curto/curtíssimo prazo;
<ul style="list-style-type: none">• Necessário para prever problemas de insolvência, e, portanto avaliar o risco, o caixa e os dividendos futuros.
<ul style="list-style-type: none">• Por seu um relatório de fluxo financeiro, os usuários em geral não tem dificuldades em interpretar as informações para a tomada de decisão.
DESVANTAGENS



<ul style="list-style-type: none">• Ainda não existe consenso sobre que conceito de caixa utilizar. Uns aconselham caixa e bancos; outros já consideram também títulos de curto prazo. O conceito de equivalente foi proposto em diversas legislações de outros países;
<ul style="list-style-type: none">• Apresenta um volume menor de informação que a DOAR;
<ul style="list-style-type: none">• Não elimina o problema da inflação, apesar de alguns autores acreditarem no contrário;
<ul style="list-style-type: none">• o Fluxo de Caixa é tão manipulável quanto qualquer outra informação contábil;
<ul style="list-style-type: none">• Existe uma tendência de utilização do fluxo indireto, apesar desta metodologia não ser a mais recomendada.

Quadro 11: Vantagens e Desvantagens da DFC
Fonte: Silva, Santos e Ogawa (1993,pág.20-21)

Conforme Souza e Vargas (2012, pág. 6 *apud* CARNEIRO JÚNIOR *et al*, 2008) afirmam que para processo de tomada de decisões, ambas as demonstrações são úteis, uma vez que a ênfase adotada por estes demonstrativos está nas variações e comportamento dos fluxos financeiros da entidade. Para os autores, mesmo sob críticas, a DOAR demonstra sua relevância ao evidenciar diferença nas variações do capital circulante líquido em virtude da correção no saldo inicial das disponibilidades.

Para Souza e Vargas (2012, pág. 6 *apud* SILVA e NASCIMENTO,2005), descrevem:

(...) as duas demonstrações, DOAR e DFC, apresentam informações importantes sobre a empresa no que diz respeito à situação financeira. Enquanto a DOAR é mais voltada para análises de médios e longos prazos e detém poder preditivo, a DFC apresenta de forma mais objetiva a situação de liquidez e solvência, pois evidencia o fluxo das disponibilidades. Assim, afirmam os autores, não há consenso sobre a melhor demonstração a ser adotada. No entanto, para eles, as demonstrações analisadas são de extrema utilidade e importância para usuários, sendo a DOAR fonte de informações imprescindíveis. Além disso, o fato de alguns não a compreenderem não invalida sua utilidade. Quanto à DFC, afirmam os autores, essa demonstração torna aprimorada a comunicação com os usuários da contabilidade por sua facilidade de compreensão, embora em alguns casos possa não apresentar a realidade.

2.6 A TOMADA DE DECISÃO

Devido a grande competitividade entre as empresas em busca de captar cada vez mais clientes e maximizar seus lucros, garantindo eficiência e eficácia, as decisões a serem tomadas pelos gestores devem ser cada vez mais rápidas e eficazes, para isso as empresas devem se



basear em ferramentas contábeis que fornecem as informações integradas e objetivas, que servirão como instrumento de análise em todas as etapas de processos das atividades organizacionais (PORTO, 2008).

Na visão de Costa (*apud* Lunke, 2007, pág.32) “é de suma importância um sistema contábil para gerar informação de apoio à tomada de decisão, guiando e direcionando as ações, monitorando e avaliando o desempenho e resultando na sua principal base de sustentação”.

De acordo com Drucker (2002, pág.473) afirma que “(...) os executivos fazem muitas coisas além de tomar decisões”. Só eles, porém, as tomam. A primeira aptidão para administrar é, portanto, ser capaz de tomar decisões eficazes. ’

Maximiano (2000, pág. 139) define decisão como:

São escolhas que as pessoas fazem para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades. tomar decisões para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades. Tomar decisões para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades é um ingrediente importante do trabalho de administrar. Muito do que os gerentes fazem é resolver problemas e enfrentar outros tipos de situações que exigem escolhas.

Os modelos de tomadas de decisão, no seu início, tratavam o processo decisório como uma questão racional, em que as organizações deveriam tão somente baseadas na racionalidade, adaptar-se aos cenários em que estavam inseridas. Posteriormente, tais modelos e sua racionalidade passaram a ser questionados, sendo propostos modelos mais flexíveis e adaptáveis à realidade organizacional, que permitiram aos tomadores de decisão fazerem a melhor escolha diante dos limites de conhecimento do problema a ser resolvido no processo decisório, tais como falta de informações. (PORTO, 2008).

No Entendimento de Gontijo e Maia (2004) :

O sucesso na tomada de decisão depende de inúmeros fatores, tais como : responsabilidade (perante a lei e penalidades);especialização(conhecimentos teóricos e experiência dos especialistas); coordenação (a comunicação das diretrizes e especificações que devem ser cumpridas e a coordenação do processo de decisão); respaldo (para garantir eventuais fracassos); tempo (prazos exíguos podem minimizar a incerteza, mas podem aumentar o risco de uma decisão apressada, enquanto os prazos longos podem trazer novas



perspectivas de decisão, mas aumentar o nível de decisão). É importante que o tomador de decisão saiba como atuar em um ambiente de risco, de incerteza e certeza, considerando-se que problemas podem ser estruturados, semi-estruturados e não-estruturados. Outro viés importante é que as decisões tomadas podem impactar o futuro da empresa e seu valor.

O comportamento ético do tomador de decisões envolve seus valores e seus julgamentos sobre o que é certo e o que é errado. A administração de empresas, como muitas outras áreas das ações humanas, oferece inúmeras oportunidades para o debate e aplicação dos conceitos de ética e responsabilidade social. Uma decisão errada representa uma oportunidade que se deixou de aproveitar, uma ameaça que não se conseguiu enfrentar ou um objetivo que não se conseguiu atingir.(MAXIMIANO, 2000, pág. 154)

Os dirigentes tomam decisão num processo organizacional limitado e fragmentado, o que torna impossível a racionalidade total. As informações aparecem parceladas no meio de uma série de tarefas gerenciais, os problemas surgem desestruturados e os sistemas de informação muitas vezes limitam-se a dados passados, embora modernamente se tenham desenvolvido sistemas de simulação, na tentativa de antecipar as consequências de uma ou de um conjunto de decisões. Diante da necessidade de respostas rápidas, o processo decisório ocorre de forma diferente da visão racional, e a intuição baseada na percepção de variáveis cruciais desempenha papel fundamental. A capacidade gerencial não é desenvolvida apenas através da formação em técnicas racionais, e os problemas gerenciais são mais amplos, ambíguos, complexos, menos estruturados. Analistas racionais tendem buscar as causas dos problemas e o porquê das coisas antes de tomar uma decisão (GONTIJO E MAIA, 2004, pág. 17).

No entendimento de Maximiano (2000, pág. 163), no que diz respeito às técnicas utilizadas para a identificação e análise de alternativas, relata:

Uma vez que se tenha definido e diagnosticado o problema, a etapa seguinte consiste em gerar e analisar as alternativas para a sua solução. No processo estruturado, o tomador de decisões procura assegurar que todas as alternativas importantes sejam consideradas e devidamente avaliadas. As técnicas que estimulam a criatividade e o senso crítico, portanto, são fundamentais nessa fase. As principais técnicas que podem ser usadas para identificar e analisar alternativas são: árvore de decisões, análise de



vantagens e desvantagens, análise do campo de forças e explicitação e ponderação de critérios.

Com base na metodologia de Maximiano (2000, pág. 165) acima, as principais técnicas citadas serão apresentadas a seguir.

- **Árvore de decisões:**

A árvore de decisões é uma técnica de representação gráfica de alternativas. À medida que as alternativas vão sendo identificadas, são desenhadas como ramos de uma árvore. A técnica é útil como auxílio para a visualização das possibilidades que o tomador de decisões deve considerar.

- **Análise de vantagens e desvantagens:**

No processo estruturado, as alternativas podem ser avaliadas, em primeiro lugar, com base em informações que permitem os tomadores de decisão fazer uma análise das vantagens e desvantagens de cada uma.

- **Análise do campo de força:**

O campo de forças é um conceito desenvolvido por Kurt Lewin, para explicar que qualquer comportamento é o resultado de um equilíbrio entre forças que se opõem: de um lado, as forças restritivas; de outro, as forças propulsoras. As forças restritivas são aquelas que inibem o comportamento enquanto as propulsoras o estimulam. Havendo mais peso de uma das duas, o comportamento será, respectivamente, inibido ou estimulado.

- **Explicitação e ponderação de critérios:**

O processo de escolher entre diversas alternativas torna-se mais racional quando elas são avaliadas objetivamente, com base em critérios (que podem ter sido definidos subjetivamente). A escolha de critérios sempre depende dos fatores que são importantes para o avaliador.

O processo para tomar uma decisão ideal envolve seis estágios, conforme explica Santos (2004, pág. 4 apud Bateman e Snell, 1998, pg.93):

- Identificação e diagnóstico do problema requer o reconhecimento da discrepância entre o estado atual e o estado desejado e depois investigar mais profundamente;
- Elaboração de soluções alternativas, requer a adoção de decisões prontas ou a construção de soluções sob medida;
- A avaliação de alternativas se destina a prever as consequências de diferentes alternativas;
- A solução é escolhida; a solução poderá ser maximizada, satisfeita ou otimizada;
- Os tomadores de decisão a implementam, isso requer um planejamento mais cuidadoso do que normalmente acontece.
- Devem avaliar quão bem a decisão está operando, isso requer a reunião de informações válidas e objetivas sobre o impacto que a decisão está tendo.



De acordo com Chiavenato (2004), o tomador de decisão está inserido em uma situação, pretende alcançar objetivos, tem preferências pessoais e segue estratégias (curso de ação) para alcançar resultados. A decisão envolve uma opção. Para a pessoa seguir um curso de ação, ela deve abandonar outros cursos que surjam como alternativas. Há sempre um processo de seleção, isto é, de escolha de alternativas. O processo de seleção pode ser uma ação reflexa condicionada (como digitar as teclas do computador) ou produto de raciocínio, planejamento ou projeção para o futuro. Todo curso de ação é orientado no sentido de um objetivo a ser alcançado e segue uma racionalidade. O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre outras: se ele escolhe os meios apropriados para alcançar um determinado objetivo, sua decisão é racional.



3 METODOLOGIA

Neste capítulo pretende-se abordar os conceitos, definições e métodos de metodologia a serem aplicados numa pesquisa científica.

A metodologia de pesquisa descreve o caminho a ser seguido para atingir os objetivos propostos. Segundo Roesch (2007).

“A metodologia deve ser entendida como o conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação.”(BARRETO;HONORATO,1998).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.1.1 A Pesquisa quanto aos Objetivos

No que diz respeito ao delineamento da pesquisa quanto aos objetivos, a presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa exploratória que segundo Beuren (2010, pág. 80):

A caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Para atingir os objetivos propostos e esclarecer aspectos importantes quanto ao tema do presente estudo utilizou-se uma pesquisa exploratória através da consulta de livros, artigos científicos publicados em revistas e leis.



A escolha da empresa Natura se deu pelo fato de ser uma empresa líder no mercado brasileiro de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, com uma marca 100% brasileira, presentes em 7 países da América Latina e na França. Na qual objetiva unir o conhecimento científico e o uso sustentável da biodiversidade botânica brasileira, a fim de proporcionar prazer e bem estar as pessoas. Além disso, ela ocupa 10º posição entre as 100 empresas mais inovadora do mundo, pois acredita na inovação como um dos pilares para o alcance de um modelo de desenvolvimento sustentável. Por esse motivo em 2012 destinou R\$ 158,9 milhões em inovação e lançou 104 itens. E também eleita em 2013, pelo segundo ano consecutivo, como a segunda empresa mais sustentável do mundo – e primeira do hemisfério sul – no ranking Global 100, da organização canadense *Corporate Knight*. (NATURA,2014)

3.1.2 A Pesquisa quanto aos Procedimentos

Quanto aos procedimentos da pesquisa, que segundo Beuren (2010, pág.83) “referem à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. O presente trabalho será realizado como um estudo de caso.

Conforme Beuren (2010, pág. 84 apud GIL, 1999, pág.73) afirma “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

O Estudo de caso foi realizado com a análise da empresa Natura S. A., através de indicadores financeiros calculados a partir da DOAR e da DFC referente ao período delimitado entre o ano de 2003 a 2007 com base no balanço patrimonial, demonstrações de resultados do exercício, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de origens e aplicações de recursos e notas explicativas.

A escolha do período a ser analisado na empresa, que será do ano de 2003 a 2007, foi determinado devido ao período em que a mesma divulgava os demonstrativos DOAR e DFC juntos, permitindo assim fazer uma análise do nível de informação gerado por ambos. Mesmo antes da alteração da lei 6.404/76 para a lei 11.638/2007, onde a DOAR deixou de ser



obrigatória, sendo substituída pela DFC, a Natura já publicava a DFC com o intuito de seguir as normas internacionais e aumentar a transparência da informação em suas relações com investidores internacionais, visto que em 2004 abriu seu capital na Bovespa.

Foram escolhidos os demonstrativos Contábeis DOAR e DFC, pelo fato de serem ferramentas que analisam a posição financeira da empresa em determinado período.

Quanto aos procedimentos adotados da revisão teórica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em literatura digital e impressa, composta por livros, artigos científicos e leis.

Cervo e Bervian (1983,pág. 55) definem pesquisa bibliográfica como a que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Também se fez necessário utilizar da pesquisa documental, na qual foi utilizado os demonstrativos contábeis consolidados, relatórios de administração e notas explicativas da empresa Natura .

Segundo Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental:

(...) vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

3.1.3 A Pesquisa quanto à Abordagem do Problema

No que diz respeito a abordagem do problema a pesquisa se enquadra em pesquisa qualitativa , que segundo Beuren (2010, pág.92), explica:



Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

No presente trabalho, para se chegar à conclusão de qual demonstrativo entre a DOAR e a DFC que oferece informações para embasarem os gestores na sua tomada de decisão foi necessário utilizar da pesquisa qualitativa para mensurar a relevância das mesmas, mas o que se pode considerar relevância visto que é subjetiva esta consideração. Deste modo, para estabelecer o que foi considerado relevante neste estudo, buscou-se o auxílio da definição de “Relevância”. Assim, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, 2008, pág. 101.

Relevância

26 - Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.

27 - As funções de previsão e confirmação das informações são inter-relacionadas. Por exemplo, informações sobre o nível atual e a estrutura dos ativos têm valor para os usuários na tentativa de prever a capacidade que a entidade tenha de aproveitar oportunidades e a sua capacidade de reagir a situações adversas. As mesmas informações têm o papel de confirmar as previsões passadas sobre, por exemplo, a forma na qual a entidade seria estruturada ou o resultado de operações planejadas.

28 - Informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho passado são frequentemente utilizadas como base para projetar a posição e o desempenho futuros, assim como outros assuntos nos quais os usuários estejam diretamente interessados, tais como pagamento de dividendos e salários, alterações no preço das ações e a capacidade que a entidade tenha de atender seus compromissos à medida que se tornem devidos. Para terem valor como previsão, as informações não precisam estar em forma de projeção explícita. A capacidade de fazer previsões com base nas demonstrações contábeis pode ser ampliada, entretanto, pela forma como as informações sobre transações e eventos anteriores são apresentadas. Por exemplo, o valor da demonstração do resultado como elemento de previsão é ampliado quando itens incomuns, anormais e esporádicos de receita ou despesa são divulgados separadamente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

FACE – Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Economia

60

Portanto, o trabalho foi desenvolvido pelo método de natureza qualitativa, sendo uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica com análise de um caso com período de 2003 a 2007.



4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise de Indicadores da DOAR

A Tabela 1 apresenta os indicadores calculados a partir da DOAR consolidada referente a Empresa Natura S.A, dos anos de 2003 a 2007.

TABELA 1 - INDICADORES PARA A ANÁLISE DA DOAR						
ÍNDICES		2003	2004	2005	2006	2007
1 - NOVAS AQUISIÇÕES NO PERMANENTE						
ORIGENS DAS OPERAÇÕES + AUMENTO DE CAPITAIS EM BENS + NOVOS RECURSOS DE TERCEIROS (ELP)	NOVAS AQUISIÇÕES NO PERMANENTE	0,18	0,16	0,19	0,33	0,15
2 - APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS						
ORIGENS	APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
3 - ORIGENS (RESULTADO DE CAPITAIS DE TERCEIROS)						
ORIGENS TOTAIS	ORIGENS RESULTANTE DE CAPITAL DE TERCEIROS	0,14	0,04	0,20	0,08	0,35
4 - AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO						
APLICAÇÕES	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,17	0,23	0,21	0,31	0,16
5 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
ORIGENS DAS OPERAÇÕES (Lucro L. Ajustado)	CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS A LONGO PRAZO	1,74	0,37	0,45	0,34	0,60
6 - AC + RLP+ (Lucro L. Ajustado x Prazo Pqto do ELP)						
PC + ELP	LIQUIDEZ GERAL PROJETADA	1,10	1,45	1,43	1,37	1,26
7 - CCL DO INÍCIO DO ANO x INFLAÇÃO DO PERÍODO	MANUTENÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	3.341,68	3.575,57	2.535,02	11.120,02	20.060,10

Tabela 1 : Indicadores para a Análise da DOAR
Fonte: Demonstrações Natura 2003-2007

De acordo com os indicadores elaborados a partir da DOAR, apontados na tabela 1 , verifica-se que no período analisado a empresa aumentou o volume de recursos investidos em permanente de 18% em 2003 para 33% em 2006, devido a um grande investimento em máquinas, equipamentos, terrenos, veículos e imobilizados em andamento, ocasionados pelo início da construção de um centro de pesquisa e tecnologia em Campinas (SP), pela ampliação do centro de distribuição de Matias Barbosa (MG) , pelo início das operações da fábrica de Benevides (PA) e também expansão da capacidade produtiva de Cajamar (SP), voltando a normalizar em 2007.

Referente ao indicador de Aplicação em investimentos, este evidencia que a empresa não obteve investimento no período da análise, a não ser no ano de 2004, no qual obteve um



aumento de 1% de investimentos em relação as origens do período. O investimento foi referente a compra do ponto comercial, onde se localiza a Natura Europa SAS.

De acordo com o indicador de Origens em capital de terceiros em relação às origens totais da empresa, revela que a empresa teve um aumento de capitais de terceiros no ano de 2005 de 20%, referente às necessidades de expansão de armazenagens e logísticas. E em 2007 para 35%, devido ao empréstimo feito pelo BNDS para a construção do novo Centro de tecnologia e Pesquisa da Natura, em Campinas (SP).

Com relação à inovação do Imobilizado em relação às aplicações totais, verifica-se que a empresa investiu na inovação de seu imobilizado no período de 2004 a 2006. Apresentando um aumento de 23% em 2004, para 31% em 2006, devido à inauguração de novos centros de pesquisas e expansão da capacidade produtiva, como já relatada no índice de novas aquisições do permanente.

Em relação ao índice de capacidade de amortização de dívidas a longo prazo, podemos observar que a empresa leva menos de 1 ano para amortizar suas dívidas de longo prazo com os recursos gerados pelo Lucro Líquido Ajustado do período nos anos 2004, 2005, 2006 e 2007. Já em 2003 a empresa leva cerca de 2 anos para amortizar suas dívidas, devido a queda das origens de recursos referente ao ano, ocasionado por um lucro menor em relação aos outros períodos.

Em relação a Liquidez Geral Projetada, percebe-se que no período analisado, a empresa possuía capacidade de quitar suas dívidas de curto e longo prazo com os seus ativos e lucro líquido ajustado. Porém apresenta pior índice em 2003 com 1,10, ou seja, para cada 1 de passivo gerado a empresa possuía 1,10 de ativos e lucro líquido ajustado para quitar a dívida. Isso ocorreu devido a queda de ativos e lucro líquido em relação aos outros períodos. Os melhores índices foram os anos de 2004, 2005 e 2006 no valor de 1,45; 1,43 e 1,37 respectivamente e voltou a cair em 2007, com 1,26 devido a um empréstimo realizado pelo BNDS para a Construção do novo centro de tecnologia da Natura em Campinas (SP).

Em relação ao índice de Manutenção do Capital Próprio, evidencia o valor que deverá ser repostado, devido a perda inflacionária do Capital de Giro Próprio no período, que de acordo com a tabela nos anos de 2006 e 2007 esse valor a ser recuperado aumentou



significativamente devido ao aumento do CCL no período sobre o efeito da inflação. Sendo então utilizado o índice do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) para esse cálculo.

4.2 Análise de Indicadores da DFC

A Tabela 2 apresenta os indicadores calculados a partir da DFC consolidada referente a Empresa Natura S.A, dos anos de 2003 a 2007.

TABELA 2 - INDICADORES PARA A ANÁLISE DA DFC						
ÍNDICES		2003	2004	2005	2006	2007
1 - CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES JUROS PAGOS NO PERÍODO	COBERTURA DE JUROS	20,87	23,73	67,30	23,14	12,90
2 - CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES APÓS OPERAÇÕES FINANCEIRAS FINANCIAMENTOS ONEROSOS	CAPACIDADE DE QUITAR DÍVIDAS	2,39	1,33	1,30	-0,88	0,50
3 - CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES ATIVO	TAXA DE RETORNO DE CAIXA	0,28	0,28	0,33	0,28	0,17
4 - CAIXA GERADO NAS VENDAS VENDAS	NÍVEL DE RECEBIMENTO DE VENDAS	0,99	0,97	0,98	0,99	0,96
5 - CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES APÓS OPERAÇÕES FINANCEIRAS NOVOS INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO	CAPACIDADE DE NOVOS INVESTIMENTOS	3,29	1,24	1,39	-0,57	1,08

Tabela 2 : Indicadores para a Análise da DFC
Fonte: Demonstrações Natura 2003-2007

Analisando a situação da empresa pelos indicadores calculados a partir da DFC, verifica-se que o índice de cobertura de juros obteve um aumento de 20,87 em 2003 para 67,30 em 2005. Melhor dizendo para cada R\$1,00 de juros foram gerados R\$ 20,87 e R\$ 67,30 de caixa, evidenciando um aumento de caixa para saldar os compromissos da dívida. Esse índice voltou a normalizar em 2006 com 23,14, decaindo em 2007 para 12,90, devido ao empréstimo contraído para a Construção do novo centro de tecnologia da Natura em Campinas (SP).

Em relação à capacidade de amortizar os financiamentos a longo prazo com os recursos próprios, sem prejuízo dos investimentos em curso, a empresa demonstrou capacidade de amortizar seus financiamentos com índices muito bons, em 2003 de 2,39; em 2004 de 1,33 , 2005 com 1,30, essa queda foi ocasionada a empréstimos contraídos nesse



período para a renovação de suas instalações. No entanto esse índice decaiu em 2006 para - 0,88, ou seja o que significa que, além de não conseguir amortizar nenhuma parcela de seus financiamentos, a empresa esteve até 88% distante do valor que manteria inalterada a sua situação nos períodos anteriores. Isso aconteceu devido a variação negativa do caixa referente a este ano, consumido principalmente pelas atividades de financiamento devido ao pagamento de empréstimos a curto prazo e pagamento de dividendos. Já no ano de 2005 foi para 0,50, ou seja, de naquele ano conseguiria amortizar 50% de suas dívidas, esse índice ficou menor em 2007, comparado aos anos de 2003, 2004 e 2005, devido ao empréstimo contraído para a construção do centro de pesquisa em Campinas.

Em relação ao indicador de taxa de retorno de caixa, apresentou o mesmo índice de 0,28 nos anos de 2003, 2004 e 2006. Ou seja, o ativo da empresa gerou em média 28% de recuperação de caixa por ano nesse período. No ano de 2005 houve um aumento para 0,33, ocasionado pelo aumento de caixa gerado nas operações. Este índice sofreu uma queda em 2007 para 0,17, devido a um aumento do ativo impactado pelo aumento de aplicações financeiras e de contas a receber, e o caixa gerado não ter aumentado na mesma proporção.

Em relação ao nível de recebimento de vendas, percebeu-se que a empresa possui uma ótima política de cobrança, com recebimento de mais de 90% de suas vendas no ano.

Observando o indicador de capacidade de novos investimentos, verificou-se que a empresa conseguiria financiar seus novos investimentos com recursos próprios nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2007. Obtendo melhor índice no ano de 2003 de 3,29, ou seja, a empresa conseguia financiar mais de 3 vezes seus novos investimentos utilizando seus recursos de curto prazo, isso devido ao baixo número de investimento no período em relação ao seu caixa gerado, se comparado aos outros períodos. Já em 2006 ficou negativo em 57%, devido a variação negativa do caixa referente à este ano, consumido principalmente pelas atividades de financiamento ocasionado pelo pagamento de empréstimos em curto prazo e pagamento de dividendos. Desta forma empresa se manteve longe, 57% distante de financiar seus investimentos com recursos próprios. Esse fato de seu devido à variação negativa de caixa verificada no ano, devido a novas aquisições no imobilizado.



No período analisado, verificou-se que os indicadores não apontaram diferenças significativas quanto a situação financeira da empresa. No entanto pode-se perceber que os indicadores com os mesmos objetivos apresentaram informações distintas e complementares através do ponto de vista de análise, quando calculados por meio das duas demonstrações: DOAR e DFC.

Percebe-se que o indicador que mede a capacidade de amortização de dívidas em longo prazo na DOAR, evidencia o tempo que empresa irá levar para quitar suas dívidas, a partir do lucro líquido ajustado. Já na DFC, o indicador com a mesma finalidade nos mostrou se empresa está gerando caixa suficiente para amortizar suas dívidas de longo prazo, sem prejuízo de seus investimentos. Além deste indicador a DOAR ainda nos apresentou outros indicadores relacionados a capitais de terceiros, com níveis diferentes de informação sendo o de origens resultantes de capitais de terceiros que mede o total de origens de terceiros representam sobre as origens totais e o indicador referente a liquidez projetada analisa se a empresa, com o nível atual de recursos gerados pelo lucro ajustado, conseguirá liquidar seus compromissos de longo prazo ou precisará usar outros recursos (aumento de capital, novos financiamentos etc.).

No que diz respeito aos investimentos, a DOAR mostrou o quanto a empresa vem aplicando em investimentos em relação as suas origens, evidenciando que se tais aplicações forem elevadas no decorrer dos anos, percebe-se que a empresa está se desviando dos objetivos sociais da empresa. Uma vez que os investimentos não se destinam a atividade operacional da empresa. Já a DFC evidencia a capacidade da empresa gerar recursos próprios disponíveis para financiar novos imobilizados, após o pagamento de dividendos, contribuindo para a melhoria da continuidade do negócio.

Percebeu-se, também, que a DOAR apresenta indicadores com um nível de informação representativo que não é visto na análise da DFC, como a aquisição de imobilizado e aquisições de permanente. O mesmo acontece com a DFC, que evidencia os indicadores de cobertura de juros, taxa de retorno de caixa, nível de recebimento de vendas não visto na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACE – Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Economia

66

DOAR. Verificando que quando analisados juntamente oferecem um nível elevado de informação para a tomada de decisão dos gestores financeiros.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi de “Analisar entre os demonstrativos “Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos-DOAR e Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC, qual deles melhor embasam os gestores em suas tomadas de decisão financeira e atendendo aos objetivos específicos foram levantadas as informações que são apresentadas em cada uma das demonstrações da DOAR e da DFC. Também foi realizado um comparativo através dos indicadores financeiros da empresa Natura S.A, calculados a partir dos dois demonstrativos no período de 2003 a 2007, buscando evidenciar a relevância e qualidade da informação gerada em cada um deles.

Observou-se que o processo de tomada de decisão é muito importante e requer muito cuidado, pois exige uma análise profunda sobre a relevância dos dados, informações disponíveis e sobre critérios racionais, pois uma decisão importante mal tomada pode colocar em risco sua continuidade.

A alteração da Lei em 2007, na qual procurou seguir a tendência mundial e contribuir para a melhoria da divulgação das informações gerenciais, além de aumentar as relações das empresas com os investidores internacionais. Assim, visto que a DFC é uma demonstração fácil de ser elaboradas e compreendidas pelos leigos da contabilidade, não se pode deixar de considerar que a DOAR, mesmo não sendo mais obrigatória, deve ser utilizada como ferramenta de gestão, isso porque sua relevância informativa é de muita importância para as tomadas de decisões.

Verificou-se que a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), representa uma ferramenta muito importante no processo de tomada de decisão, pois permite um detalhamento de seus recursos financeiros disponíveis a curto prazo, de forma organizada, por meio da divisão das atividades operacionais, de investimento e financiamento. E por utilizar o conceito de caixa, seu entendimento torna-se mais fácil para os usuários da informação contábil, que não possuem muito conhecimento sobre o assunto. Além disso, ela permite ao empresário identificar as sobras de caixa que podem ocorrer e momento certo para aplica-las.



No que diz respeito ao método utilizado, o método direto permite um detalhamento mais claro e objetivo dos pagamentos e recebimentos, propiciando um melhor entendimento da informação por parte dos usuários. Já o método Indireto se assemelha muito a DOAR, devido ao ajuste realizado ao lucro líquido, sendo mais fácil de ser elaborada e um pouco mais difícil de ser compreendida.

Já a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos procura evidenciar os elementos que afetam sua folga financeira de curto prazo, por meio da variação do CCL. Além disso, trata-se de uma demonstração mais analítica, pois mostra sua posição financeira e suas tendências futuras de médio e curto prazo, permitindo os usuários entender suas políticas e tendências futuras dos negócios da empresa.

Após a Análise dos dois demonstrativos, observou-se que os demonstrativos se completam, visto que o que é apontado como negativo em uma, é positivo na outra. Podemos citar com principal diferença entre elas é o regime utilizado, na qual a DOAR é elaborada com base no regime de competência e a DFC, com base no seu regime de Caixa. E como principal semelhança, é o fato de ambas permitirem analisar a variação na posição financeira em determinado período. Em relação a suas vantagens, a DFC é muito mais fácil de ser elaborada e compreendida pelos usuários, no entanto apresenta desvantagem pelo fato da informação ficar restrita ao conceito de caixa de curto prazo e pode ser tão manipulável como qualquer informação contábil. No que diz respeito a DOAR, sua principal vantagem se dá pelo fato de possuir uma capacidade analítica de médio e longo prazo, permitindo um melhor conhecimento da política de investimento e financiamento da empresa, porém pelo fato de utilizar o conceito de Capital Circulante Líquido, é mais difícil de ser entendida pelos usuários.

Com relação aos indicadores financeiros, verificou-se que ambos não apontaram diferenças significativas quanto a situação financeira da empresa. No entanto percebe-se que indicadores com os mesmos objetivos apresentaram informações distintas e complementares através do ponto de vista de análise, quando calculados por meio das duas demonstrações: DOAR e DFC



Conclui-se que tanto a DOAR quanto a DFC, apresentam informações fundamentais e de suma importância para os gestores, já que ambas apresentam a informação contábil de forma diferenciada e complementar. Percebeu-se que a exclusão da DOAR do grupo de demonstrações obrigatórias não foi benéfica para a contabilidade, pois as informações geradas por ela em conjunto com as informações apresentadas por outros demonstrativos como a DFC propiciam aos gestores e os usuários da contabilidade um elevado nível de informações relevantes de curto e longo prazo, que contribuem para a excelência no processo decisório.

Neste estudo percebeu-se ainda a necessidade em realizar novas pesquisas relacionadas ao tema, tendo como sugestão a análise comparativa dos demonstrativos contábeis: DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) e DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa), afim de verificar como as informações geradas por ambos, podem contribuir para a melhoria do processo de tomadas de decisões gerenciais e também da situação econômica e financeira das organizações.



REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 Ed. São Paulo: Atlas. 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 Ed. São Paulo: Atlas. 2010.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; OUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimeire Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7 Ed. São Paulo: Atlas. 2012.

BRASIL. **Lei 11638 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 16/05/2014.

BUZIAN, Rosana. **DOAR X DFC : Conflitos Conceituais**. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp077547.pdf>> . Acesso em 20/11/2014

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. – **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de novos tempos**. Rio de Janeiro - Ed. Campus, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) – **NPC N° 27 – Demonstrações Contábeis apresentação e divulgações**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli488.pdf>>. Acesso em 14/05/2014.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03. Demonstração dos fluxos de caixa**. Disponível em:<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf>. Acesso em 16/05/2014.



COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **Pronunciamento Técnico CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Disponível em: <<http://facpc.mediagroup.com.br/Arquivos/Imagens/Pronunciamentos%20T%C3%A9cnicos%20Cont%C3%A1beis%202012.pdf>>. Acesso em 03/05/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Disponível em: <http://facpc.mediagroup.com.br/Arquivos/Imagens/Pronunciamentos%20T%C3%A9cnicos%20Cont%C3%A1beis%202012.pdf>. Acesso em 12/09/2014.

COSIF - O Plano Contábil das Instituições Financeiras. **Regime de Competência e de Caixa.** Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=regcompe>>. Acesso em 25/09/2014.

COSTA, Fabiano. **Análise Financeira de uma Empresa Através da Demonstração do Fluxo de Caixa: Um Estudo de Caso.** 2009. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291282>. Acesso em: 29/04/2014.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: conforme a MP Nº 449/08.7** Ed. Rio de Janeiro: Ferreira. 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. Ed. São Paulo: Atlas. 1997.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral.** 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONTIJO, Arimar Colen; MAIA, Claudia Santos Castro. **Tomada de Decisão, do Modelo Racional ao Comportamento: Uma Síntese Teórica.** 2004. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Tomada_de_decisao/tomada%20de%20decisao.pdf>. Acesso em: 05/06/2014.

IUDICIBUS, Sergio de. *et al.* FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável a todas as sociedades.** São Paulo: Atlas, 2010.



IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de – **Introdução á teoria da contabilidade: para o nível de graduação** - 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade Versus Fluxo de Caixa**. Caderno de estudos, São Paulo, Fipecafi, n. 20, jan a abr. 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cest/n20/n20a01.pdf>> Acesso em 02/09/2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NATURA – **Relatórios anuais Natura 2003 – 2003**. Disponível em:<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/1763/Port_Rel_Anual_2003.pdf>. Acesso em 23/09/2014.

NATURA – **Relatórios anuais Natura 2004 – 2004**. Disponível em:<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/1762/Port_Rel_Anual_2004.pdf>. Acesso em 23/09/2014.

NATURA – **Relatórios anuais Natura 2005 – 2005**. Disponível em: <http://natu.infoinvest.com.br/ptb/3896/ReltorioAnual2005.pdf>. Acesso em 23/09/2014.

NATURA – **Relatórios anuais Natura 2006 – 2006**. Disponível em:<<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/3895/ReltorioAnual2006.pdf>>. Acesso em 23/09/2014.

NATURA – **Relatórios anuais Natura 2007 – 2007**. Disponível em:<<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/3893/ReltorioAnual2007.pdf>>. Acesso em 23/09/2014.

OLIVEIRA, Eliane Paula. **DOAR X DFC: Um Estudo das alterações provocadas pela lei 11.638/07**, 2010. Disponível em:<http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804215102.pdf>. Acesso em: 05/10/2014.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2 Ed. São Paulo: Atlas. 1999.



PORTAL DE CONTABILIDADE – NPC NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTABILIDADE – NPC 20 – Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON nº 20 de 30/04/1999 – Demonstração do Fluxo de Caixa. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc20.htm>. Acesso em 05/06/2014.

PORTAL DE CONTABILIDADE – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos DOAR. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstorigaplirecursos.htm>. Acesso em 06/06/2014.

PORTO, Maria Alice. **Tomadas de Decisão nas Organizações**. 2008. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/tomadas-de-decisao-nas-organizacoes-3412/artigo/#.U4fFd3YvD_k>. Acesso em: 29/05/2014

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende,. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração – Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudo de Caso**. 3º Ed. São Paulo: Atlas. 2007.

SANTOS, Isaura Maria dos. **A Relevância da Demonstração do Fluxo de Caixa no Processo de Tomada de Decisão**. UFMS, 2004.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVA, César Augusto Tibúrcio, SANTOS, Jocineiro Oliveira dos e OGAWA, Jorge Sadayohi. **Fluxo de Caixa e DOAR. Caderno de Estudos- FIPECAFI. Vol. 8**, pág. 38-66, jan-abr/1995.

SOUZA, Júlia Alves, VARGAS, Luiz Henrique Fernandes. **Análise da relevância da DOAR e da DFC: com a DFC, há ganho informacional para os usuários?**, 2012. Disponível em: <<http://www.dad.ufv.br/congressodad/anais/201246.pdf>>. Acesso em 30/09/2014.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER,



Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: Uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 2. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1988

ANEXO A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NATURA

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002

(R\$ mil, exceto o lucro líquido por ação)	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Vendas brutas no mercado interno	1.840.014	1.354.121	1.860.287	1.375.186
Vendas brutas no mercado externo	—	—	47.876	34.972
Outras vendas	72	300	1.957	1.022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.840.086	1.354.421	1.910.120	1.411.180
Impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos	(439.013)	(317.005)	(581.210)	(418.041)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.401.073	1.037.416	1.328.910	993.139
Custo dos produtos vendidos	(634.815)	(449.406)	(458.405)	(345.346)
LUCRO BRUTO	766.258	588.010	870.505	647.793
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
Com vendas	(374.060)	(295.420)	(403.018)	(321.859)
Administrativas e gerais	(148.789)	(125.675)	(182.890)	(146.135)
Participação dos colaboradores no lucro	(10.810)	(4.848)	(20.466)	(11.498)
Remuneração dos administradores	(3.166)	(2.389)	(3.589)	(2.850)
Resultado da equivalência patrimonial	18.571	(4.685)	—	—
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	248.004	154.993	260.542	165.451
Despesas financeiras	(61.478)	(110.198)	(64.439)	(134.004)
Receitas financeiras	25.834	70.258	34.339	89.660
LUCRO OPERACIONAL	212.360	115.053	230.442	121.107
Resultado não operacional	669	879	1.455	5.518
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DAS DEBÊNTURES	213.029	115.932	231.897	126.625
Participações das debêntures	(127.709)	(75.817)	(127.709)	(75.817)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	85.320	40.115	104.188	50.808
Imposto de renda e contribuição social	(20.158)	(18.374)	(40.364)	(29.116)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	65.162	21.741	63.824	21.692
Participação dos minoritários	—	—	60	49
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	65.162	21.741	63.884	21.741
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$)	1.812	605		

Fonte: Natura (2003)

Balancos Patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002

ATIVO (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Disponibilidades	30.801	42.025	34.072	44.201
Aplicações financeiras	26.482	3.704	102.039	13.202
Contas a receber de clientes	172.123	152.452	180.118	159.804
Estoques	354	31	79.254	74.435
Impostos a recuperar	715	483	8.525	6.040
Adiantamentos a funcionários	3.558	2.085	4.938	2.984
Partes relacionadas	25.837	330	1.275	1.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111.035	6.851	22.096	10.876
Outras contas a receber	2.180	386	5.214	5.412
Créditos a receber de contratos de "swap"	—	27.569	—	27.569
Total do circulante	273.085	235.916	437.531	345.636
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Partes relacionadas	3.382	3.884	3.382	7.386
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.503	3.800	—	—
Incentivos fiscais	635	989	641	1.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.978	3.827	9.447	17.139
Depósitos judiciais	7.548	485	14.595	3.299
Outras contas a receber	—	—	1.715	264
Total do realizável a longo prazo	29.046	12.985	29.780	29.290
PERMANENTE				
Investimentos	332.698	322.164	2.809	5.925
Imobilizado	10.744	9.572	253.739	262.001
Varição cambial diferida	—	3.795	—	3.795
Total do permanente	343.442	335.531	256.548	271.721
TOTAL DO ATIVO	645.573	584.432	723.859	646.647

PASSIVO (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	72.240	86.085	75.102	104.271
Fornecedores nacionais	4.578	6.410	55.384	52.064
Fornecedores estrangeiros	—	—	2.139	1.873
Fornecedores – partes relacionadas	18.948	38.359	5.304	4.202
Salários e encargos sociais	21.765	16.785	41.563	31.111
Obrigações tributárias	51.850	46.023	64.297	53.471
Remuneração de debêntures a pagar	102.170	4.080	102.170	4.080
Partes relacionadas	939	32.281	964	32.401
Dividendos a distribuir	20.000	5.435	20.000	5.435
Juros sobre o capital próprio a pagar	8.541	3.292	8.541	3.292
Outras contas a pagar	20.054	11.628	24.243	15.070
Provisão para perdas em contratos de "swap"	9.012	—	9.012	—
Total do circulante	330.097	250.378	408.719	307.270
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	31.052	96.856	32.986	99.850
Debêntures a pagar	130.656	130.656	130.656	130.656
Provisão para contingências	24.870	13.639	28.381	15.533
Provisão para perdas com controladas	6.282	1.247	—	—
Outras contas a pagar	—	485	1.809	2.109
Total do exigível a longo prazo	192.860	242.883	193.832	248.148
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	—	—	(30)	58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	56.387	56.387	56.387	56.387
Reserva de capital	9.998	9.998	9.998	9.998
Reservas de lucros	56.231	24.786	54.953	24.786
Total do patrimônio líquido	122.616	91.171	121.338	91.171
TOTAL DO PASSIVO	645.573	584.432	723.859	646.647

Fonte: Natura (2003)

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002

(R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
ORIGEM DE RECURSOS				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	65.162	21.741	63.884	21.741
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciações e amortizações	3.887	3.438	33.673	28.263
Variações monetárias e cambiais líquidas dos itens a longo prazo	(6.544)	62.737	(10.136)	64.214
Complemento da provisão para contingências	14.050	8.506	16.551	10.223
Complemento de outras provisões	919	(187)	906	533
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.138)	—	5.017	2.283
Resultado da equivalência patrimonial	(18.571)	4.685	—	—
Valor líquido do imobilizado baixado/ vendido	669	3.029	1.596	1.694
Participação dos minoritários	—	—	(60)	(49)
	58.434	103.949	111.431	128.902
Dividendos recebidos	25.722	—	—	—
De terceiros:				
Incentivos fiscais de imposto de renda	—	556	—	556
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	—	17.849	1.222	17.483
Aumento do exigível a longo prazo	17.054	—	17.025	—
Redução do realizável a longo prazo	—	34.544	—	—
Participação dos minoritários	—	—	(28)	343
Total das origens	101.210	156.898	129.650	147.284
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Adições ao imobilizado	5.414	4.260	23.891	25.230
Adições aos investimentos	12.966	133.992	—	—
Aumento do realizável a longo prazo	17.913	—	5.910	3.081
Redução do exigível a longo prazo	—	1.959	—	979
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	73.750	79.599	75.686	96.776
Dividendos propostos e distribuídos	23.668	5.435	23.668	5.435
Juros sobre o capital próprio	10.049	3.873	10.049	3.873
Total das aplicações	143.760	229.118	139.204	135.374
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(42.550)	(72.220)	(9.554)	11.910
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE REPRESENTADAS POR				
Aumento no ativo circulante	37.169	63.839	91.895	75.803
Aumento no passivo circulante	79.719	136.059	101.449	63.893
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(42.550)	(72.220)	(9.554)	11.910

Fonte: Natura (2003)

Demonstrações do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002

Em R\$ mil)	Consolidado	
	2003	2002
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	63.884	21.741
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	33.673	28.263
Variações monetárias e cambiais líquidas	(14.076)	93.004
Perda (Ganho) decorrente dos contratos de "swap"	36.581	(52.629)
Complemento da provisão para contingências	1.651	10.223
Complemento de outras provisões	3.350	5.375
Lucros não realizados nas controladas	1.278	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.528)	3.925
Valor líquido do imobilizado baixado/vendido	1.596	1.694
Remuneração de debêntures	102.170	60.654
Participação de minoritários	(60)	(49)
	241.419	172.201
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Circulante:		
Contas a receber	(23.042)	(35.127)
Estoques	(6.684)	(24.851)
Outros ativos	1.304	(29.721)
Realizável a longo prazo:		
Depósitos judiciais	(11.296)	(2.814)
Outros ativos	3.934	22.654
Subtotal	(35.784)	(69.859)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Circulante:		
Fornecedores	4.417	14.886
Salários e encargos sociais	8.498	3.206
Obrigações tributárias	6.183	17.373
Outros passivos	(21.769)	10.598
Exigível a longo prazo:		
Obrigações tributárias	—	(6.697)
Outros passivos	(1.432)	(393)
Subtotal	(4.103)	38.973
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	201.532	141.315
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(23.891)	(25.230)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(23.891)	(25.230)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução em empréstimos de curto e longo prazos	(82.458)	(116.772)
Pagamento de dividendos	(9.103)	—
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(3.292)	—
Remuneração de debêntures	(4.080)	—
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(98.933)	(116.772)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	78.708	(687)
Saldo inicial do caixa	57.403	58.090
Saldo final do caixa	136.111	57.403
VARIAÇÃO NO CAIXA	78.708	(687)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	13.468	15.400
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.657	11.960
Pagamento de contratos de "swap"	8.134	444

Fonte: Natura 2003

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
VENDAS BRUTAS				
Mercado interno	3.127.462	2.457.891	3.149.654	2.472.046
Mercado externo	-	-	92.616	66.782
Outras vendas	1	5	1.341	829
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.127.463	2.457.896	3.243.611	2.539.657
Impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos	(721.114)	(576.564)	(961.447)	(769.993)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.406.349	1.881.332	2.282.164	1.769.664
Custo dos produtos vendidos	(960.012)	(776.170)	(731.134)	(575.260)
LUCRO BRUTO	1.446.337	1.105.162	1.551.030	1.194.404
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(600.073)	(458.913)	(709.190)	(535.909)
Administrativas e gerais	(323.203)	(249.223)	(276.144)	(216.900)
Participação dos colaboradores no lucro (Nota 17)	(11.209)	(12.094)	(28.577)	(31.594)
Remuneração dos administradores (Nota 18)	(7.467)	(7.084)	(12.289)	(11.818)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(6.741)	2.788	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.640)	-	(3.220)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	494.004	380.636	521.610	398.183
Despesas financeiras	(11.800)	(18.301)	(43.453)	(38.156)
Receitas financeiras	31.470	21.125	54.714	35.414
LUCRO OPERACIONAL	513.674	383.460	532.871	395.441
Resultado não operacional, líquido	(212)	1.098	(1.242)	(868)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DAS DEBÊNTURES	513.462	384.558	531.629	394.573
Participação das debêntures	-	(7.178)	-	(7.178)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	513.462	377.380	531.629	387.395
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9.b)	(116.105)	(76.969)	(134.747)	(87.102)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	397.357	300.411	396.882	300.293
Participação dos minoritários	-	-	(1)	1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	397.357	300.411	396.881	300.294
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	4,6745	3,5431	4,6689	3,5417

Fonte: Natura (2005)

Balancos Patrimoniais

Levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Disponibilidades	38.882	26.656	56.198	29.592
Aplicações financeiras (Nota 5)	237.084	158.631	330.241	202.020
Contas a receber de clientes (Nota 6)	302.688	236.453	316.264	250.066
Estoques (Nota 7)	835	1.634	152.307	121.961
Impostos a recuperar (Nota 8)	508	3.009	23.967	18.158
Adiantamentos a colaboradores	3.312	4.084	5.331	6.949
Partes relacionadas (Nota 10)	4.850	833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	16.404	12.198	25.757	21.630
Outros créditos	8.160	358	14.799	6.063
Total do circulante	612.723	443.856	924.864	656.439
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Valores a receber de acionistas (Notas 10.e e 19.c)	130	172	130	172
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 10.d)	1.007	770	-	-
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.432	876	9.574	3.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	17.680	12.624	29.324	21.301
Depósitos judiciais (Nota 16)	23.590	20.370	29.477	24.256
Outros créditos	-	1.122	526	2.878
Aplicações financeiras (Notas 5 e 16.c)	-	-	3.968	-
Total do realizável a longo prazo	43.839	35.934	72.999	52.455
PERMANENTE				
Investimentos (Nota 11)	516.929	373.748	5.761	8.707
Imobilizado (Nota 12)	17.674	13.231	365.284	298.822
Total do permanente	534.603	386.979	371.045	307.529
TOTAL DO ATIVO	1.191.165	866.769	1.368.908	1.016.423

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	44.942	11.879	68.309	62.407
Fornecedores nacionais	38.070	17.197	148.045	89.348
Fornecedores estrangeiros	-	-	4.115	4.172
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 10)	124.241	102.151	-	-
Salários, participações no lucro e encargos sociais (Nota 17)	30.074	28.272	73.122	67.618
Obrigações tributárias (Nota 15)	75.536	52.776	89.085	62.382
Dividendos a pagar (Notas 10 e 19.e)	195.070	113.644	195.070	113.644
Juros sobre o capital próprio a pagar (Notas 10, 19.d e 19.e)	17.699	13.623	17.699	13.623
Fretes a pagar	13.786	10.178	13.786	10.026
Provisões diversas	8.863	4.802	9.026	4.802
Partes relacionadas (Nota 10)	-	94	-	-
Outras contas a pagar	12.780	9.934	13.564	12.773
Provisão para perdas em contratos de "swap" e "forward" (Notas 22.b e 22.d)	2.703	4.544	2.703	6.138
Total do circulante	563.764	369.094	634.524	446.933
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	44.290	19.549	119.156	71.982
Provisão para perdas com controladas (Nota 11)	4.202	64	-	-
Provisão para contingências (Nota 16)	53.843	39.769	90.599	59.559
Outras contas a pagar	1.806	841	3.232	1.885
Total do exigível a longo prazo	104.141	60.223	212.987	133.426
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS				
	-	-	8	7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)				
Capital social (Nota 19.b)	230.762	230.762	230.762	230.762
Reservas de capital (Notas 19.b e 19.g)	120.678	113.122	120.678	113.122
Reservas de lucros (Nota 19.i)	172.589	94.674	170.718	93.279
Ações em tesouraria (Nota 19.f)	(769)	(1.106)	(769)	(1.106)
Total do patrimônio líquido	523.260	437.452	521.389	436.057
TOTAL DO PASSIVO	1.191.165	866.769	1.368.908	1.016.423

Fonte: Natura (2005)

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
 Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ORIGEM DE RECURSOS				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	397.357	300.411	396.881	300.294
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	4.989	3.809	44.035	34.340
Variações monetárias e cambiais, líquidas, dos itens de longo prazo	4.980	(5.601)	9.234	175
Provisão para contingências (Nota 16)	10.598	16.625	21.638	31.570
Provisões diversas	1.626	1.168	4.255	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	(5.056)	(4.233)	(8.023)	(9.196)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	6.741	(2.788)	-	-
Valor do resultado na venda e baixa de ativo permanente	559	1.333	3.056	1.828
Participação dos minoritários	-	-	1	(1)
	<u>421.794</u>	<u>310.724</u>	<u>471.077</u>	<u>360.430</u>
De acionistas:				
Capitalização das debêntures (Nota 19.b)	-	107.913	-	107.913
Aumento de capital pela subscrição de ações (Nota 19.b)	-	34.391	-	34.391
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações (Nota 19.f)	4.887	630	4.887	630
Amortização de valores a receber de acionistas (Nota 19.c)	2.288	-	2.288	-
De terceiros:				
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	-	-	-	20.122
Aumento do exigível a longo prazo	25.007	-	121.712	-
Subvenções para investimentos	717	-	717	-
Participação dos minoritários	-	-	-	37
Total das origens	<u>454.693</u>	<u>453.658</u>	<u>600.681</u>	<u>523.523</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Adições ao imobilizado (Nota 12)	9.991	7.629	111.636	76.886
Adições aos investimentos (Nota 11)	149.425	34.975	-	6.179
Aumento do realizável a longo prazo	1.639	9.070	9.987	15.289
Redução do exigível a longo prazo	-	18.656	-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	11.809	78.783	24.740
Dividendos propostos e distribuídos (Nota 19.e)	285.237	186.910	285.237	186.910
Juros sobre o capital próprio propostos e distribuídos (Nota 19.e)	34.205	29.442	34.205	29.442
Total das aplicações	<u>480.497</u>	<u>298.491</u>	<u>519.848</u>	<u>339.446</u>
Incorporação da Natura Empreendimentos S.A. e Natura Participações S.A. por meio de acervo líquido (Notas 1 e 19.a)	-	23.393	-	3.383
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(25.804)</u>	<u>131.774</u>	<u>80.833</u>	<u>180.694</u>
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADAS POR				
Aumento no ativo circulante	168.867	170.771	268.425	218.908
Aumento no passivo circulante	194.671	38.997	187.592	38.214
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(25.804)</u>	<u>131.774</u>	<u>80.833</u>	<u>180.694</u>

Fonte: Natura (2005)

Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004
(Em milhares de reais – R\$)

ANEXO I

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	397.357	300.411	396.881	300.294
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	4.989	3.809	44.035	34.340
Variações monetárias e cambiais líquidas	5.550	(1.143)	3.920	8.835
Provisão decorrente dos contratos de "swap" e "forward" (Notas 22b e 22d)	1.231	2.648	12.054	4.243
Provisão para contingências (Nota 16)	10.598	16.625	21.638	31.570
Provisão para perdas na realização dos estoques (Nota 7)	-	-	1.943	7.007
Provisões diversas	5.726	1.171	11.794	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9a)	(9.262)	(4.528)	(12.150)	(9.634)
Valor do resultado na venda e baixa de ativo permanente	(204)	1.333	2.242	1.828
Resultado equivalência patrimonial (Nota 11)	6.741	(2.788)	-	-
Remuneração de debêntures líquida dos impostos	-	5.743	-	5.743
Participação dos minoritários	-	-	1	(1)
	<u>422.726</u>	<u>323.281</u>	<u>482.388</u>	<u>385.645</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS				
Circulantes:				
Contas a receber (Nota 6)	(66.235)	(63.193)	(66.198)	(68.455)
Estoques (Nota 7)	800	(1.280)	(32.289)	(49.715)
Outros ativos	(7.750)	26.193	(212)	532
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais (Nota 16)	(888)	(7.128)	(2.688)	(9.073)
Outros ativos	(4.252)	(654)	(1.615)	115
Subtotal	<u>(78.325)</u>	<u>(46.062)</u>	<u>(103.002)</u>	<u>(126.595)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS				
Circulantes:				
Fornecedores	42.816	96.455	51.216	31.476
Salários, participações no lucro e encargos sociais líquidos (Nota 17)	2.574	5.981	7.122	24.044
Obrigações tributárias, líquidas (Notas 8 e 15)	24.705	(6.662)	14.088	(20.705)
Outros passivos	9.171	(4.236)	(5.910)	(6.213)
Exigível a longo prazo:				
Outros passivos	-	(1.496)	1.346	(1.448)
Subtotal	<u>79.266</u>	<u>90.042</u>	<u>67.842</u>	<u>27.154</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>423.667</u>	<u>367.261</u>	<u>447.208</u>	<u>265.203</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições de imobilizado (Nota 12)	(9.991)	(7.629)	(111.636)	(76.886)
Investimentos (Nota 11)	(149.425)	(34.975)	-	(6.179)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(159.416)</u>	<u>(42.604)</u>	<u>(111.636)</u>	<u>(83.065)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Redução - empréstimos de curto prazo (Nota 14)	(12.907)	(76.963)	(75.104)	(47.898)
Captações - empréstimos de longo prazo (Nota 14)	65.342	-	120.366	38.768
Pagamento de dividendos (Nota 19a)	(203.812)	(130.003)	(203.812)	(130.003)
Pagamento de juros sobre o capital próprio (Nota 19a)	(30.129)	(11.403)	(30.129)	(11.403)
Outras	717	-	717	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações (Nota 19f)	4.929	630	4.929	630
Amortização de valores a receber de acionistas (Nota 19c)	2.288	-	2.288	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(173.572)</u>	<u>(217.739)</u>	<u>(180.745)</u>	<u>(149.906)</u>
Incorporação da Natura Empreendimentos S.A. e Natura Participações S.A. por meio de acervo líquido (Notas 1 e 19a)	-	21.086	-	42.269
AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u>90.679</u>	<u>128.004</u>	<u>154.827</u>	<u>95.501</u>
Saldo inicial do caixa	185.287	57.283	231.612	136.111
Saldo final do caixa	<u>275.966</u>	<u>185.287</u>	<u>386.439</u>	<u>231.612</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA	<u>90.679</u>	<u>128.004</u>	<u>154.827</u>	<u>95.501</u>
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Pagamentos de Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	103.859	69.183	111.605	84.378
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	2.484	3.991	6.645	12.061
Pagamentos de contratos de "swap" e "forward" (Notas 22b e 22d)	3.072	7.117	15.499	9.170

Fonte: Natura (2005)

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
VENDAS BRUTAS				
Mercado interno	4.083.301	3.731.862	4.111.505	3.754.968
Mercado externo	-	-	188.884	133.604
Outras vendas	56	1	1.225	1.388
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.083.357	3.731.863	4.301.614	3.889.960
Impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos	(914.743)	(837.107)	(1.228.913)	(1.132.973)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.168.614	2.894.756	3.072.701	2.756.987
Custo dos produtos vendidos	(1.232.280)	(1.161.087)	(992.253)	(891.317)
LUCRO BRUTO	1.936.334	1.733.669	2.080.448	1.865.670
DESPESAS RECETAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(847.329)	(730.986)	(1.033.195)	(885.749)
Administrativas e gerais	(474.631)	(442.924)	(377.505)	(330.845)
Participação dos colaboradores no lucro (Nota 17)	(10.541)	(11.866)	(28.664)	(37.353)
Remuneração dos administradores	(6.414)	(8.569)	(9.539)	(12.385)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(317)	28.229	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(13.128)	(1.514)	(4.942)	(388)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	583.974	566.039	626.603	598.950
Receitas financeiras (Nota 23)	25.695	26.707	51.039	43.391
Despesas financeiras (Nota 23)	(31.876)	(13.239)	(60.380)	(33.453)
LUCRO OPERACIONAL	577.793	579.507	617.262	608.888
Resultado não operacional, líquido	685	688	512	909
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	578.478	580.195	617.774	609.797
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9.b)	(121.564)	(110.869)	(155.519)	(149.023)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	456.914	469.326	462.255	460.774
Participação dos minoritários	-	-	-	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	456.914	469.326	462.255	460.773
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – O R\$	1,0656	1,0978	1,0781	1,0796

Fonte: Natura (2007)

Balanços Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006
 (Em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
Disponibilidades	15.347	43.176	49.398	65.293
Aplicações financeiras (Nota 5)	90.224	90.186	355.994	209.863
Contas a receber de clientes (Nota 6)	512.094	356.181	535.528	374.168
Estoques (Nota 7)	29.246	28.659	251.079	237.091
Impostos a recuperar (Nota 8)	2.022	1.517	49.368	38.687
Adiantamentos a colaboradores e fornecedores	2.305	9.939	3.569	12.705
Partes relacionadas (Nota 10)	12.456	7.140	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	26.451	17.860	52.799	32.236
Outros créditos	11.606	8.462	25.513	20.535
Total do ativo circulante	701.751	563.120	1.323.248	990.578
N- O CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Valores a receber de acionistas (Notas 10 e 19.b)	-	20	-	20
Adiantamento para futuro aumento de capital (Notas 10.d e 10.e)	25	590	-	-
Impostos a recuperar (Nota 8)	2.370	1.990	22.284	20.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	16.647	20.692	34.318	35.809
Depósitos judiciais (Nota 16)	35.119	10.512	38.603	13.367
Adiantamento a colaboradores e fornecedores	783	1.639	3.935	2.715
Outros créditos	-	-	595	557
Aplicações financeiras (Notas 5 e 16.g)	-	-	4.848	4.336
Permanente				
Investimentos (Nota 11)	766.764	707.422	-	630
Imobilizado (Nota 12)	27.866	26.190	470.963	445.546
Intangível (Nota 12)	6.548	3.550	63.817	51.389
Total do ativo n o circulante	856.122	772.605	639.363	575.350
TOTAL DO ATIVO	1.557.873	1.335.725	1.962.611	1.565.928
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	120.785	45.052	284.707	75.888
Fornecedores nacionais	43.092	48.679	173.574	208.739
Fornecedores do exterior	148	-	2.076	5.518
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 10)	145.037	168.927	-	-
Salários, participações no lucro e encargos sociais	33.776	34.229	87.068	88.718
Obrigações tributárias (Nota 15)	85.141	80.490	118.511	95.672
Dividendos a pagar (Notas 10 e 19.d)	237.898	213.813	237.898	213.813
Fretes a pagar	17.231	18.805	18.044	18.944
Outras contas a pagar	19.456	17.130	21.436	18.522
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 16)	-	-	13.420	-
Provisão para perdas em contratos de "swap" e "forward" (Notas 22.b e 22.d)	5.695	1.993	8.514	2.185
Provisões diversas	835	2.726	888	3.739
Total do passivo circulante	709.094	631.844	966.136	731.738
N- O CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	116.847	28	259.992	127.077
Provisão para perdas com controladas (Nota 11)	10.060	4.565	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 16)	33.270	45.094	51.021	62.210
Outras contas a pagar	5.400	3.219	7.342	4.348
Total do passivo n o circulante	165.577	52.906	318.355	193.635
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	-	-	1	4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - NOTA 19				
Capital social (Nota 19.a)	390.618	233.862	390.618	233.862
Reservas de capital (Notas 19.b e 19.e)	124.471	134.867	124.471	134.867
Reservas de lucros (Notas 19.g e 19.h)	170.318	282.480	165.235	272.056
Provisão Ações em tesouraria (Nota 19.e)	(2.205)	(234)	(2.205)	(234)
Total do patrimônio líquido	683.202	650.975	678.119	640.551
TOTAL DO PASSIVO	1.557.873	1.335.725	1.962.611	1.565.928

Fonte: Natura (2007)

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGEM DE RECURSOS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	456.914	469.326	462.255	460.773
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciações e amortizações (Nota 12)	8.523	6.966	7.491	54.601
Variações monetárias e cambiais, líquidas, dos itens não circulantes, exceto as referentes aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.153	(506)	(5.435)	(73)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; inclui variações monetárias sobre as provisões (Nota 16)	(12.223)	8.547	(8.043)	12.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	4.045	(3.012)	1.491	(6.485)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	317	(28.229)	-	-
Valor do resultado na venda e baixa de imobilizado e intangível	3.205	2.141	5.683	3.881
Participação dos minoritários	-	-	(3)	(4)
De acionistas	463.934	455.233	530.864	525.691
Aumento de capital pela subscrição de ações (Nota 19.a)	2.817	3.100	2.817	3.100
Aquisição de Ações	(22.701)	-	(22.701)	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações (Nota 19.e.)	7.451	8.581	7.451	8.581
Amortização de valores a receber de acionistas (Nota 19.b)	92	2.272	92	2.272
De terceiros				
Reclassificação de impostos recuperáveis do ativo imobilizado para o ativo circulante e não circulante	-	-	-	10.536
Redução do ativo não circulante (realizável a longo prazo)	1.059	-	-	-
Aumento do passivo não circulante	122.340	830	280.987	31.570
Subvenções para investimentos	2.791	3.872	2.791	3.872
Total das origens	577.783	473.888	802.301	585.622
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Adições de imobilizado e intangível (Nota 12)	16.402	21.165	120.856	193.596
Adições aos investimentos (Nota 11)	62.527	163.423	-	-
Aumento do ativo não circulante (realizável a longo prazo)	67.790	1.925	70.687	14.232
Redução do passivo não circulante	-	1.274	-	29.119
Transferência do passivo não circulante para o circulante	1.576	44.348	144.379	20.740
Dividendos propostos e distribuídos (Nota 19.d.)	375.890	325.866	375.890	325.866
Juros sobre o capital próprio propostos e distribuídos (Notas 19.c. e 19.d.)	39.247	33.569	39.247	33.569
Total das aplicações	563.432	591.570	751.059	617.122
REDUÇÃO – O AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	14.351	117.682	51.242	31.500
VARIÁVEIS DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADAS POR				
(Redução) Aumento no ativo circulante	138.631	(49.602)	332.669	65.714
Aumento no passivo circulante	124.280	68.080	281.427	97.214
REDUÇÃO – O AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	14.351	117.682	51.242	31.500

As notas explicativas e os Anexos são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fonte: Natura (2007)

Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (Em milhares de reais – R\$)

ANE 01

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	456.914	469.326	462.255	460.773
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações (Nota 12)	8.523	6.966	7.4916	54.601
Variações monetárias e cambiais líquidas, dos itens não correntes, exceto de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.370)	7.339	4.748	14.529
Provisão decorrente dos contratos de "swap" e "forward" (Notas 22.b e 22.d)	24.835	1.585	28.119	4.022
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, inclui variações monetárias sobre as provisões (Nota 16)	(12.223)	8.547	5.377	12.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos e outros impostos diferidos (Nota 9.a)	(4.546)	(4.468)	(24.046)	(12.964)
Valor do resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	819	736	8.190	2.476
Resultado equivalência patrimonial (Nota 11)	317	(28.229)	-	-
Outros ajustes ao lucro, inclui provisão para perdas nos estoques	998	146	9.630	1.626
Participação dos minoritários	-	-	(3)	(4)
	<u>474.267</u>	<u>461.948</u>	<u>569.186</u>	<u>538.057</u>
ALÍMENTO REDU – O DOS ATIVOS				
Circulante:				
Contas a receber (Nota 6)	(155.913)	(53.493)	(161.360)	(57.904)
Estoques (Nota 7)	(1.585)	(27.970)	(23.618)	(86.410)
Outros ativos	(8.480)	(2.528)	(5.527)	(2.317)
Não circulante (Realizável a longo prazo):				
Depósitos judiciais (Nota 16)	(67.792)	(1.467)	(68.144)	(29.369)
Impostos a recuperar (Nota 8)	(380)	(558)	(1.303)	(8.019)
Outros ativos	1.441	(1.051)	879	(2.575)
Subtotal	<u>(232.709)</u>	<u>(87.067)</u>	<u>(259.073)</u>	<u>(186.594)</u>
ALÍMENTO REDU – O DOS PASSIVOS				
Circulante:				
Fornecedores	(22.149)	49.383	(32.097)	54.736
Salários, participações no lucro e encargos sociais, líquidos	22	3.376	(1.141)	15.545
Obrigações tributárias, líquidas (Notas 8 e 15)	51.176	3.944	64.710	(4.366)
Outros passivos	1.245	4.054	(3.343)	6.233
Passivo não circulante:				
Outros passivos	2.181	1.414	2.994	8.491
Subtotal	<u>32.475</u>	<u>62.171</u>	<u>31.123</u>	<u>80.639</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>274.033</u>	<u>437.052</u>	<u>341.236</u>	<u>432.102</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições de imobilizado e intangível (Nota 12)	(16.402)	(21.165)	(120.856)	(193.596)
Investimentos (Nota 11)	(64.495)	(163.423)	-	-
Outros investimentos	-	-	630	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(80.897)</u>	<u>(184.588)</u>	<u>(120.226)</u>	<u>(193.596)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Redução - empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(395.788)	(52.207)	(581.919)	(116.005)
Captações - empréstimos e financiamentos (Nota 14)	596.596	-	913.537	111.322
Pagamentos de contratos de "swap" e "forward" (Notas 22.b e 22.d)	(21.133)	(2.295)	(21.790)	(45.40)
Pagamento de dividendos (Nota 19.c)	(351.805)	(307.123)	(351.805)	(307.123)
Pagamento de juros sobre o capital próprio (Notas 19.c e 19.d)	(39.247)	(51.268)	(39.247)	(51.268)
Aumento de capital (Nota 19.a)	2.817	3.100	2.817	3.100
Aquisição de ações	(22.701)	-	(22.701)	-
Subvenções para investimentos	2.791	3.872	2.791	3.872
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações (Nota 19.e)	7.451	8.581	7.451	8.581
Amortização de valores a receber de acionistas (Nota 19.b)	92	2.272	92	2.272
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(220.927)</u>	<u>(395.068)</u>	<u>(90.774)</u>	<u>(349.789)</u>
(ALÍMENTO) REDUÇÃO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(27.791)</u>	<u>(142.604)</u>	<u>130.236</u>	<u>(111.283)</u>
Saldo inicial do caixa	133.362	275.966	275.156	386.439
Saldo final do caixa	<u>105.571</u>	<u>133.362</u>	<u>405.392</u>	<u>275.156</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA	<u>(27.791)</u>	<u>(142.604)</u>	<u>130.236</u>	<u>(111.283)</u>

Fonte: Natura (2007)

APÊNDICE C

FICHA DE AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA DE TG-I – FACE/UFMG

Título do Trabalho:
Orientando (a):
Orientador (a):
Avaliador(a):

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO:	AUSENTE	INCOMPLETO	SATISFATÓRIO	BOM
1.1 – Justificativa	()	()	()	()
1.2 – Problema de Pesquisa	()	()	()	()
1.3 – Objetivos				
1.3.1 – Geral	()	()	()	()
1.3.2 – Específicos	()	()	()	()
2 – DESENVOLVIMENTO				
2.1 – Revisão (bibliográfica ou teórica ou de literatura)	()	()	()	()
3 – Metodologia	()	()	()	()
REFERÊNCIAS	()	()	()	()

Legenda: Ausente: Não existe tal aspecto no trabalho apresentado.

Incompleto: O item analisado se apresenta com diversas falhas e faltas.

Satisfatório: O item analisado está satisfatório, porém necessita de melhorias.

Bom: O item analisado atendeu aos requisitos exigidos.

Os membros da Banca Examinadora devem apresentar sugestões nas avaliações: incompleto e satisfatório.

1 INTRODUÇÃO:	SUGESTÕES
1.1 Problema de Pesquisa	
1.2 Objetivos	
1.2.1 Geral	
1.2.2 Específicos	
1.3 Justificativa:	

2 DESENVOLVIMENTO:	SUGESTÕES
2.1 Revisão (bibliográfica ou teórica ou de literatura)	
3 Metodologia	
REFERÊNCIAS	
FORMATAÇÃO (Este espaço é reservado para as observações quanto à formatação)	

CONCEITO FINAL DA AVALIAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> REPROVADO	<input type="checkbox"/> APROVADO COM RESSALVAS	<input type="checkbox"/> APROVADO

Dourados, ____ de _____ de 20__.

Orientador/Avaliador(a)¹

¹ OBSERVAÇÃO: A Banca Examinadora consiste em avaliar a proposta de pesquisa e consistência do referencial teórico e metodológico, com o objetivo de sugerir e colaborar com o desenvolvimento final da pesquisa. Portanto, os membros da Banca Examinadora deverão emitir parecer de avaliação com as adequações sugeridas e conceito. O conceito final do(a) acadêmico(a) na atividade acadêmica específica Trabalho de Graduação I será de acordo com os pareceres dos membros da Banca Examinadora. Não haverá apresentação do trabalho na atividade acadêmica específica Trabalho de Graduação I.

APÊNDICE D
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TG-II – FACE/UFGD

Título do Trabalho: EMBASAMENTO INFORMATIVO PROPORCIONADO PELOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: DOAR E DFC NAS TOMADAS DE DECISÕES GERENCIAIS

Nome do Aluno: THAIS ARZAMENDIA DA SILVA

Orientador: GERSON JOÃO VALERETTO

Avaliador(a):

Itens a serem avaliados	Critérios de Avaliação
Conteúdo do Trabalho. Caráter analítico da monografia. Consistência das conclusões com o corpo do trabalho. Nível e qualidade do referencial teórico.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Desenvolvimento lógico do tema (Introdução, desenvolvimento, conclusão). Metodologia adequada aos objetivos estabelecidos.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Posicionamento crítico em relação ao tema desenvolvido.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Clareza e correção na linguagem. Cumprimento das normas do Regulamento.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Apresentação e defesa oral: domínio do conteúdo, utilização de linguagem específica, argumentação, concisão e precisão nas respostas.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom

Legenda: Ausente: Não existe tal aspecto no trabalho apresentado.
Incompleto: O item analisado se apresenta com diversas falhas e faltas.
Satisfatório: O item analisado está satisfatório, porém necessita de melhorias.
Bom: O item analisado atendeu aos requisitos exigidos.

Avaliador:			
Conceito:	() Reprovado	() Aprovado com Ressalvas	() Aprovado
Observações:			() A () B

Legenda: Reprovado: O trabalho não apresenta requisitos mínimos de aprovação, pois, os aspectos analisados estão, em sua maioria, “Ausentes” ou “Incompletos”.

Aprovado com Ressalvas: O trabalho apresenta algumas falhas, aspectos incompletos e, com a devida correção, apresenta condições de aprovação.

Aprovado: (A) O trabalho, na maioria dos aspectos analisados, , avalia-se como “Bom”

(B) O trabalho necessita de correções de formatação, de ortografia, de sugestões e ajustes conforme apontamentos no texto, porém não compromete os resultados. Predominam os aspectos analisados como “Satisfatórios”.

Dourados, ____ de _____ de _____.

Orientador

Membro

Membro

APÊNDICE E

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UFGD

Eu, (nome completo), (profissão), (endereço completo), (RG), (CPF), aluno do Curso de _____ da Universidade Federal da Grande Dourados, matriculado sob número _____, venho, por meio do presente, **AUTORIZAR** a inserção do meu Trabalho Final de Graduação, Aprovado em banca, intitulado (título completo do trabalho) nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais.

DECLARO, dessa forma, que **cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado**, o inteiro teor do meu Trabalho de Graduação acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, **para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s)**.

DECLARO, ainda, que sou **autor e único e exclusivo responsável** pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Graduação.

AUTORIZO, ainda, a Universidade a **remover** o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a **qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia** à minha pessoa.

Em Dourados, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura: _____

Nome Completo: _____